

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	20
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	24
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	27
2.5 Medições não contábeis	28
2.6 Eventos subsequentes as DFs	31
2.7 Destinação de resultados	33
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	35
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	36
2.10 Planos de negócios	37
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	40
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	41
5.2 Descrição dos controles internos	47
5.3 Programa de integridade	52
5.4 Alterações significativas	56
5.5 Outras informações relevantes	57

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2.1 – Comentários dos Diretores

Os valores e informações financeiras constantes nesta seção 2.1 foram extraídos das nossas demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 e devem ser lidos em conjunto com tais demonstrações financeiras, as quais foram elaboradas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pela CVM.

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos diretores da Companhia e traduzem a visão e percepção de tais diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia, bem como visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a compreender as (i) as mudanças nas linhas principais das demonstrações financeiras entre os períodos analisados; e (ii) os principais fatores que explicam tais variações.

A análise dos diretores da Companhia esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação financeira da Companhia. Não obstante, determinadas discussões contidas neste item incluem declarações prospectivas que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia e o momento em que os eventos ocorrem podem diferir materialmente daqueles expressos ou implícitos em tais declarações prospectivas como resultado de vários fatores, incluindo aqueles estabelecidos nos itens 4.1 e 4.3 do Formulário de Referência da Companhia. A administração da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

Os termos “AH” e “AV” constantes das colunas de determinadas tabelas abaixo significam “Análise Horizontal” e “Análise Vertical”, respectivamente. A Análise Horizontal compara índices ou itens de linha em nossas demonstrações financeiras ao longo de um período. A Análise Vertical representa o percentual ou item de uma linha em relação à receita operacional líquida para os períodos aplicáveis para os resultados das nossas operações, ou em relação ao ativo total ou total do passivo e patrimônio líquido nas datas aplicáveis para nosso balanço patrimonial.

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia encontra-se em um processo avançado de aprimoramento de sua estrutura operacional e de capital, apresentando capacidade patrimonial para suportar as suas

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

atividades e necessitando implementar ações para melhorar sua hígidez financeira por meio de captação de recursos financeiros, seja perante terceiros ou capital próprio por meio de emissão de novas ações.

A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente e o índice de endividamento da Companhia nas datas de encerramento dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de reais – R\$, exceto índices)	Em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
Ativo circulante	484.284	489.288	568.932
Passivo circulante	678.389	589.530	476.481
Passivo não circulante	955.148	743.265	840.437
Patrimônio líquido	981.917	1.209.434	1.223.684
Índice de liquidez corrente <sup>(1)</sup>	0,71	0,83	1,18
Índice de endividamento total <sup>(2)</sup>	1,66	1,10	1,08

<sup>(1)</sup> O índice de liquidez corrente é calculado por meio da divisão do ativo circulante pelo passivo circulante.

<sup>(2)</sup> O índice de endividamento total é calculado por meio da divisão do total do passivo (circulante e não circulante) pelo patrimônio líquido.

Os diretores da Companhia entendem que: (i) a redução do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 é resultado, principalmente, da maior parcela do endividamento no curto prazo, uma vez que o ativo circulante se manteve estável; e (ii) a redução do índice de liquidez corrente entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 é resultado, principalmente, da maior parcela do endividamento no curto prazo e da redução de caixa entre os anos.

Os diretores da Companhia esclarecem que os aumentos do índice de endividamento total entre 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022 e entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021 são devidos, principalmente, ao maior volume de dívidas contratadas em tais exercícios para financiar o plano de expansão e investimentos da Companhia.

### *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

O ano de 2022 marcou o início de um novo capítulo da história da Alliar com a entrada de um novo controlador, o Fundo Fonte de Saúde, que assumiu a presidência do Conselho de Administração da Companhia em 14 de abril de 2022. A receita bruta apresentada para o exercício foi de R\$ 1,2 bilhão, redução na ordem de 4,6% ante 2021. A redução na receita se deu em grande parte pela queda na produção de exames de Covid-19, dado arrefecimento da pandemia. Excluindo os efeitos causados pela expressiva diminuição da demanda por exames deste tipo, a Receita Bruta ficou 1,7% inferior ao apresentado no exercício anterior. É importante mencionar aqui que, os exames de imagem (ressonância

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

magnética, tomografia computadoriza, ultrassonografia e outros) cresceram 1% ano contra ano, com destaque para os exames de ressonância magnética, que quando comparados a 2021 evoluíram em 5%. Acerca da composição da nossa receita: o ticket médio dos exames de ressonância magnética ficou estáveis em relação a 2021 e o ticket médio dos exames de análises clínicas, excluindo os exames de Covid, subiram em 11%, como resultado de um melhor posicionamento comercial e de um mix mais eficiente de serviços.

O Lucro Bruto totalizou R\$ 326 milhões em 2022, redução de R\$ 30 milhões frente à 2021. Ao longo do exercício, alguns gastos foram reclassificados entre custos e despesas, ações que representam R\$ 11 milhões. O restante se deu principalmente pela menor diluição dos custos em relação à receita e ao repasse de inflação em alguns custos. Nossa margem bruta atingiu 30%, redução de 1 p.p. quando comparado com 2021.

Em 2022, o Prejuízo Líquido totalizou R\$219 milhões, R\$221 milhões inferior em relação ao resultado 2021, decorrente principalmente do menor lucro operacional e da maior despesa financeira no período, que foi diretamente impactada pelo aumento da taxa de juros.

A dívida líquida total ficou em R\$834 milhões no final do ano de 2022, 19% acima do mesmo período no ano anterior devido à maior necessidade de caixa para financiar o incremento do nosso capital de giro, refletindo a retomada de crescimento e ao aumento das taxas de juros. Fechamos o ano com uma posição sólida de caixa, na ordem de R\$ 222 milhões, que consideramos confortável para nossa operação. No entanto, o indicador dívida líquida total / EBITDA ajustado alcançou 4,56x ao final do período, aumento de 71% em relação ao indicador de 2,67x reportado em 2021.

### *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

O ano de 2021 reforçou a resiliência do setor de Medicina Diagnóstica com a recuperação das métricas operacionais, afetadas diretamente pela pandemia causada pela Covid-19. A receita bruta apresentada foi a maior da história da Companhia e atingiu R\$ 1,2 bilhão, crescimento orgânico de 22% em relação ao exercício anterior. O desempenho da receita reflete a retomada do core business, com destaque para os exames de imagem (ressonância magnética, tomografia computadoriza, ultrassonografia e outros), e um forte posicionamento em análises clínicas (AC ex-covid), com faturamento de R\$160 milhões, crescimento de 25% em relação ao faturamento do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Considerando os exames de Covid-19, o faturamento de Análises Clínicas atingiu R\$218 milhões em 2021. Além do core business, a receita também foi favorecida pela participação dos Novos Negócios, a exemplo da expansão do iDr (i.e. Inteligência Diagnóstica Remota), cuja receita totalizou R\$17 milhões em 2021 e pelo lançamento do Marketplace Cartão Aliança.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Lucro Bruto totalizou R\$356 milhões em 2021, crescimento de R\$133 milhões frente à 2020. O aumento do lucro bruto é reflexo direto da recuperação da receita, associada ao rígido controle de custos na operação, que permitiu uma expansão da margem bruta, totalizando 31%.

No acumulado do ano, o EBITDA ajustado atingiu R\$262 milhões, crescimento de R\$120 milhões em relação ao ano anterior. Essa melhor performance é atribuída à retomada da receita e ao trabalho de contenção de gastos e renegociações dos custos e despesas ao longo do ano.

Em 2021, o Lucro Líquido totalizou R\$2 milhões, recuperando R\$94 milhões de prejuízo em relação a 2020.

A dívida líquida total ficou em R\$700 milhões no final do ano de 2021, 15% acima do mesmo período no ano anterior devido à maior necessidade de caixa para financiar o incremento do nosso capital de giro, refletindo a retomada da demanda de exames e ao aumento das taxas de juros. No entanto, o indicador dívida líquida total / EBITDA ajustado alcançou 2,67x ao final do período, uma redução de 38% em relação ao indicador de 4,29x reportado em 2020.

### *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O ano de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia da Covid-19. Em função dos impactos iniciais da pandemia, a receita de 2020 totalizou R\$ 928.8 milhões, uma contração de 13.4% em relação à 2019. O impacto da pandemia foi mais intenso no resultado do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações na receita líquida de -48.5% a.a., -6.1% a.a. e +11.8% a.a., respectivamente.

Em meio função do impacto inicial da pandemia, a Companhia priorizou medidas de Liquidez Financeira, reforçando o caixa com uma captação de R\$230 milhões. Além desse reforço, foi executado iniciativas de austeridade, a exemplo da adequação da capacidade operacional, através do fechamento temporário de 45 clínicas e redução nos horários de atuação, com posterior reabertura em meados do 2T20 e 3T20. Entre diversas iniciativas de contenção, a Companhia adotou medidas no âmbito do Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (nos termos da Medida Provisória nº 936 e, posteriormente da Lei nº 14.020, de 6 de julho de 2020), congelou temporariamente o plano de expansão, postergou o pagamento de dividendos para o final do exercício; renegociou contratos junto aos nossos fornecedores e parceiros e realizou uma revisão de custos e despesas.

A fim de reforçar ainda mais a solidez financeira do nosso balanço patrimonial, renegociamos junto aos nossos credores novos prazos e condições de pagamento, reduzindo de forma expressiva a participação da dívida de curto prazo. Além do sucesso

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

no alongamento de vencimentos, o balanço se beneficiou da geração de caixa operacional que, apesar do ano desafiador, teve uma performance robusta, totalizando R\$ 121.5 milhões em 2020. Encerramos o exercício de 2020 com uma posição sólida de Caixa, no valor de R\$229.1 milhões, substancialmente acima do caixa reportado o exercício de 2019, no valor de R\$88.3 milhões.

### b. Estrutura de capital

O Patrimônio Líquido da Companhia ao final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020 era respectivamente de R\$ 981,9, R\$ 1.209,4 milhões e R\$ 1.223,7 milhões. A redução do Patrimônio Líquido em 2022 é resultado do prejuízo apresentado em tais exercícios.

O Capital de terceiros na Companhia ao final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020 era respectivamente de R\$ 1.633,5, R\$ 1.322,8 milhões e R\$ 1.316,9 milhões. O aumento do capital de terceiros de 51,8% em 2020 para 52,4% em 2021, e, finalmente, para 37,5% em 2022, reflete as captações bancárias realizadas no âmbito do reforço de caixa e priorização de medidas de Liquidez Financeira.

Segue abaixo tabela com a composição da estrutura de capital da Companhia no final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020:

(Em milhares de reais – R\$)	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
Capital de Terceiros (Passivo Circulante e Não circulante)	1.633.537	1.332.795	1.316.918
Capital Próprio (Patrimônio Líquido)	981.917	1.209.434	1.223.684
Capital Total (Terceiros + Próprio)	2.615.454	2.542.229	2.540.602
Capital de Terceiros/Capital Total	62,46%	52,40%	51,80%
Capital Próprio/Capital Total	37,54%	47,60%	48,20%

O processo de aprimoramento de sua estrutura operacional e de capital contempla ações para melhorar a estrutura de capital da Companhia, assim como seu crescimento, tornando-a apta a consumação de seu plano estratégico.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A geração operacional de caixa da Companhia, somada a sua capacidade de acessar recursos provenientes de empréstimos e financiamentos, bem como a captação por meio de emissão de novas ações, tornam a Companhia apta para honrar os compromissos financeiros assumidos.

Os índices de liquidez geral da Companhia (total do ativo dividido pelo total do passivo) ao final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020 eram de 1,60, 1,91 e 1,93 respectivamente, enquanto os índices de liquidez corrente da Companhia (ativo circulante dividido pelo

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

passivo circulante) ao final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020 eram de 0,71, 0,83 e 1,18 respectivamente. Além disso, no final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020 a Companhia possuía 1.035,0 milhões, R\$ 777,9 milhões e R\$ 793,9 milhões, respectivamente, em empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante). Com os planos de crescimento em curso e o aprimoramento de sua estrutura operacional e de capital da Companhia que estão sendo implementados desde a mudança da gestão, somados ao acesso à crédito no mercado, a Administração acredita que há condições para honrar com os compromissos financeiros assumidos.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para realizar os investimentos em ativos não-circulantes e no capital de giro no exercício de 2022 a Companhia se utilizou da própria geração de caixa operacional e de financiamentos de terceiros, cujos recursos vieram, por meio de emissão de debêntures simples no valor total de R\$ 400 milhões e empréstimo concedido pelo BTG Pactual no valor de R\$200 milhões, conforme descritos no item (f) abaixo.

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Diretoria acredita que a geração de caixa operacional, somada à possibilidade de captação de recursos, suportam a eventual necessidade de recursos para o financiamento do capital de giro e para a realização de investimentos em ativos não-circulantes.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

#### i./ii. contratos de empréstimos e financiamentos e outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A tabela abaixo mostra a evolução do endividamento da Companhia no final dos exercícios de 2022, 2021 e 2020:

Empréstimos	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
(em R\$ milhares)			
CIRCULANTES			
Empréstimos e financiamentos e			
Debêntures	424.490	366.556	262.982
Total do endividamento circulante	424.490	366.556	262.982
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	610.467	411.430	530.857
Total do endividamento não circulante	610.467	411.430	530.857
Total do endividamento	1.034.957	777.986	793.839

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As características dos principais contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas estão descritas a seguir:

Devedor	Modalidade	Vencimento	Indexador	Taxa Contratual
Companhia	Capital de Giro (i)	Anual julho/22 a julho/25	CDI +	3,00% a.a.
Companhia	Capital de Giro (ii)	Semestral maio/22 novembro/23	a CDI +	3,30% a.a.
TKS	Capital de Giro (iii)	Semestral junho/22 dezembro/23	a CDI +	3,30% a.a.
Companhia	Capital de Giro (iv)	Semestral julho/22 a janeiro/24	CDI +	3,30% a.a.
Companhia	Capital de Giro (v)	Parcela única março/22	CDI +	2,30% a.a.
Companhia	Capital de Giro (vi)	Parcela única março/22	CDI +	2,30% a.a.
Companhia	Capital de Giro (vii)	Mensal março/22 a março/23	CDI +	2,65% a.a.
Companhia	Capital de Giro (xiii)	Parcela única abril/23	CDI +	1,90% a.a.
Companhia	Capital de Giro (ix)	Parcela única outubro/23	CDI +	3,50% a.a.
Companhia	Debêntures (x)	Semestral abril/2024 outubro/2027	a CDI +	2,75% a.a.

### Principais captações da Companhia e de suas controladas existentes ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2022:

- (i) Empréstimo concedido pelo Itaú Unibanco em 26 de novembro de 2020 para a Controladora no valor de R\$72.510, e possui como indexador CDI acrescido de 3% a.a. O período de amortização é de quatro anos, em parcelas anuais.
- (ii) Empréstimo concedido pelo Santander em 03 de novembro de 2020 para a Controladora no valor de R\$ 40.000, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (iii) Empréstimo concedido pelo Santander em 17 de dezembro de 2020 para a Controladora no valor de R\$ 20.000, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (iv) Empréstimo concedido pelo Santander em 14 de janeiro de 2021 para a Controladora no valor de R\$60.000, com indexador CDI acrescido de 3,3% a.a. com amortizações em 3 anos com parcelas semestrais. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (v) Empréstimo concedido pelo Santander em 10 de março de 2021 para a TKS no valor de R\$50.000, com indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. com amortização de 1 ano em parcela única. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.
- (vi) Empréstimo concedido pelo Santander em 19 de março de 2021 para a Controladora no valor de R\$70.000, com indexador CDI acrescido de 2,3% a.a. com amortização de 1 ano em parcela única. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Santander.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- (vii) Empréstimo concedido pelo Itaú em 09 de abril de 2021 para a Controladora no valor de R\$70.000, com indexador CDI acrescido de 2,65% a.a. com amortização mensal, para período de março de 2022 a março 2023. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Itaú.
- (viii) Empréstimo concedido pelo Banco do Brasil em 12 de novembro de 2021 para a Controladora no valor de R\$30.000, com indexador CDI acrescido de 1,90% a.a. com amortização em parcela única em abril de 2023. O contrato é fruto da renegociação para alongamento das dívidas junto ao Banco do Brasil.
- (ix) Empréstimo concedido pelo BTG Pactual em 30 de setembro de 2022 para a Controladora no valor de R\$200.000, com indexador CDI acrescido de 3,50% a.a. com amortização em parcela única em 02 de outubro de 2023.
- (x) Em 18 de outubro de 2022, a Companhia concluiu a captação de recursos financeiros, em oferta pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM nº 476, coordenada, estruturada e distribuída pela BR Partners, por meio de emissão de debêntures simples no valor total de R\$ 400.000, com indexador CDI acrescido de 2.75% a.a., e vencimento em 8 parcelas semestrais, sendo a primeira em abril de 2024 e a última em outubro de 2027.

A Companhia possui relações de longo prazo com diversas instituições financeiras nacionais que, ao longo dos últimos anos, viabilizaram o crescimento de suas atividades por meio de empréstimos e financiamentos.

### iii. Grau de Subordinação entre as dívidas

Nenhuma das dívidas da Companhia e de suas controladas registradas no balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020 possui cláusula específica de subordinação, de forma que não há relação de preferência entre elas. Em eventual situação de concurso universal de credores, as obrigações registradas no passivo dos balanços patrimoniais, que integram as demonstrações financeiras da companhia, apresentam a ordem de precedência nos termos da legislação em vigor.

### iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Dentre os contratos de financiamentos relevantes firmados pela Companhia e por suas controladas com terceiros, alguns possuem cláusulas contratuais restritivas próprias da natureza da operação, que, na hipótese de não serem atendidas, podem acarretar o vencimento antecipado das respectivas operações. Tais cláusulas, dentre outras condições exigem que a Companhia e suas controladas não possuam inadimplência em suas obrigações; ações, demandas ou processos em vias de serem propostos, que, se decididos em desfavor da Companhia, teriam efeito prejudicial sobre a sua condição financeira ou prejudicariam sua capacidade de cumprir as obrigações.

O empréstimo concedido pelo BTG, no valor de R\$ 200 milhões, exige que o quociente da

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo EBITDA ajustado dos últimos 12 meses da Companhia deverá ser inferior a 4,0 (quatro inteiros), apurado trimestralmente, a partir de 30 de junho de 2023 e as debentures no valor de R\$ 400 milhões, exigem que o quociente da divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo EBITDA ajustado dos últimos 12 meses da Companhia deverá ser inferior a 4,0 (quatro inteiro), apurado trimestralmente, entre os períodos de 30 de setembro de 2023 a 30 de setembro de 2024, inclusive, e deverá ser inferior a 3,0 (três inteiros e cinquenta centésimos), apurado trimestralmente, entre os períodos de 30 de dezembro de 2024 até 30 de setembro de 2027. O quociente da divisão da Dívida Líquida da Companhia pelo EBITDA ajustado da Companhia deverá ser inferior a 4,5 (quatro inteiros e cinquenta centésimos) vezes, não podendo ficar acima desse nível por dois trimestres consecutivos.

Além disso, a Companhia é parte como tomadora em contratos de empréstimos e financiamentos no contexto dos quais está obrigada à observância de determinadas obrigações e restrições, sob pena de vencimento antecipado das dívidas. Tais restrições são usuais de mercado em operações como aquelas contratadas pela Companhia e incluem, dentre outras:

- (a) alteração do controle direto ou indireto da Companhia e/ou de suas controladas; e
- (b) alienação de ativos da Companhia e/ou de suas controladas.

Nos exercícios de 2020, 2021 e 2022 não houve qualquer requisição de vencimento antecipado ou medida adotada nesse sentido por qualquer credor da Companhia e a Companhia vem adimplindo pontualmente com as obrigações de pagamento de todos seus contratos e operações de financiamento.

### **g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 31 de dezembro de 2022 e na data deste Formulário de Referência, a Companhia não dispunha de nenhum contrato de financiamento cujo desembolso não tenha sido realizado integralmente.

### **h. Alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

Os números e análises a seguir apresentados derivam das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 31 de dezembro de 2021 e de 31 de dezembro de 2020.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de
---

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em milhares de reais – R\$)	2022	AV%	2021	AV%	2020	AV%	AH% 2022 vs 2021	AH% 2021 vs 2020
Receita líquida de serviços	1.085.009	100,00%	1.136.572	100,0%	928.787	100,0%	-4,54%	22,4%
Custo dos serviços prestados	-759.261	-69,98%	-780.530	-68,7%	-763.465	-82,2%	-2,72%	2,2%
<b>Lucro bruto</b>	<b>325.748</b>	<b>30,02%</b>	<b>356.042</b>	<b>31,3%</b>	<b>165.322</b>	<b>17,8%</b>	<b>-8,51%</b>	<b>115,4%</b>
Despesas gerais e administrativas	-338.414	-31,19%	-261.934	-23,0%	-172.156	-18,5%	29,20%	52,1%
Outras despesas, líquidas	-30.450	-2,81%	-11.887	-1,0%	-14.550	-1,6%	156,16%	-18,3%
Resultado em participação societária	11.079	1,02%	5.953	0,5%	12.261	1,3%	86,11%	-51,4%
<b>Lucro operacional antes do result. Financeiro</b>	<b>-32.037</b>	<b>-32,037</b>	<b>88.174</b>	<b>7,8%</b>	<b>-9.123</b>	<b>-1,0%</b>	<b>-136,33%</b>	<b>-1066,5%</b>
Resultado financeiro	-201.197	-201,197	-85.718	-7,5%	-63.944	-6,9%	134,72%	34,1%
Imposto de renda e contribuição social	13.991	13,991	-468	0,0%	-19.364	-2,1%	3089,53%	-97,6%
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</b>	<b>-219.243</b>	<b>-219,243</b>	<b>1.988</b>	<b>0,2%</b>	<b>-92.431</b>	<b>-10,0%</b>	<b>11128,32%</b>	<b>-102,2%</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores</b>	<b>-8.567</b>	<b>-0,79%</b>	<b>-7.613</b>	<b>-0,7%</b>	<b>-4.985</b>	<b>-0,5%</b>	<b>12,53%</b>	<b>52,7%</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores</b>	<b>-227.810</b>	<b>-21,00%</b>	<b>-5.625</b>	<b>-0,5%</b>	<b>-97.416</b>	<b>-10,5%</b>	<b>3749,96%</b>	<b>-94,2%</b>

### Receita líquida de serviços

#### • Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021

O ano de 2022 foi marcado pela troca de controle da Companhia e o início do aprimoramento de sua estrutura operacional e de capital, ainda em curso, o que poderá alavancar essa linha. A receita líquida apresentada foi de R\$ 1.083,2 milhões, 4,5% inferior ao apresentado em 2021. Parte dessa queda dá-se pela expressiva diminuição no volume de exames de Covid realizados durante o exercício (R\$ 20,6 milhões em 2022 ante R\$ 57,3 milhões em 2021) e aos exames de Análises Clínicas usuais, que tiveram a receita reduzida em 18,0%. Em contrapartida, os exames de imagem (ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia e outros) apresentaram receita 0,9% superior ao ano anterior, com destaque para os exames de Ressonância Magnética, com crescimento de 5,3% ano contra ano.

#### • Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020

O ano de 2021 apresentou receita líquida 22,4% superior ao exercício de 2020, ou seja, de R\$ 207,8 milhões adicionais em relação ao exercício de 2020. O desempenho da receita reflete a retomada do core business, com destaque para os exames de imagem (ressonância magnética, tomografia computadorizada, ultrassonografia e outros), e um forte posicionamento em análises clínicas (AC ex-covid), com faturamento de R\$160

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

milhões, crescimento de 25%. Considerando os exames de Covid-19, o faturamento de Análises Clínicas atingiu R\$218 milhões no acumulado do ano de 2021.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O ano de 2020 foi marcado pelo impacto da pandemia da Covid-19. Em função dos impactos iniciais da pandemia, a receita de 2020 totalizou R\$ 928,8 milhões, uma contração de 13.4% em relação à 2019. O impacto da pandemia foi mais intenso no resultado do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações na receita líquida de -48.5% a.a., -6.1% a.a. e +11.8% a.a., respectivamente.

### **Custo dos serviços prestados**

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2022 foi de R\$757,5 milhões (margem bruta de 30,1%), aumento de R\$ 21,3 milhões em relação ao exercício de 2021 e queda de 1,3 p.p na margem bruta. Tal variação é explicada principalmente por (i) realocações entre custo e despesa realizadas ao longo do ano de 2022, que se ajustadas somam R\$ 11 milhões, (ii) pelo mix de produtos que compõem a receita e (iii) pelo repasse de inflação em parte dos custos.

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2021 foi de R\$ 780,5 milhões (margem bruta de 31,3%), um aumento de R\$ 17 milhões, ou 2,2%, em relação 2020, mas uma redução de 13,5 p.p em relação à margem bruta. Tal variação em 2021, decorre substancialmente do fato de que a Companhia se beneficiou de um forte controle de custos em tal exercício social, em função do trabalho bem-sucedido nas renegociações de contratos junto aos seus maiores fornecedores.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O custo dos serviços prestados pela Companhia em 2020 foi de R\$ 763,5 milhões, uma redução de 3,1% em relação 2019. Em 2020, a Companhia se beneficiou de um forte controle de custos, em função do trabalho bem-sucedido nas renegociações de contratos junto aos maiores fornecedores. Notamos que os custos foram impactados pelo incremento da conta de Insumos e labs. de apoio, uma vez que essa conta reflete a alta performance de Análises Clínicas, associado aos demais custos de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

### **Lucro bruto**

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

Em razão dos fatores acima, o Lucro Bruto totalizou R\$325,7 milhões em 2022, o que representou uma redução de R\$ 30,3 milhões, ou 8,5% inferior, frente à 2020.

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Em razão dos fatores acima, o Lucro Bruto totalizou R\$356,0 milhões em 2021, o que representou um crescimento de R\$190,7 milhões, ou 115%, frente à 2020.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O lucro bruto da Companhia decresceu 42% a.a., totalizando R\$ 165,3 milhões no exercício de 2019, principalmente em função da menor receita líquida em 2020. O impacto da pandemia foi mais intenso no lucro bruto do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com variações de -125.0% a.a., -23.6% a.a. e +27.2% a.a., respectivamente.

### **Despesas gerais e administrativas**

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$338,4 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, crescimento de R\$ 76,5 milhões, ou 29,2%, em relação à 2021, tendo como principal motivo o crescimento das linhas de despesas referentes a Pessoal, Ocupação e Depreciação e Amortização. O crescimento de tais linhas no exercício de 2022, quando comparado ao exercício de 2021, se deve substancialmente ao aumento de despesas não recorrentes, reajustes contratuais, ao crescimento das despesas gerais, impactadas pelo aumento da inflação e dissídios coletivos

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$261,8 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, crescimento de R\$ 89,8 milhões, ou 51%, em relação à 2020, tendo como principal motivo o crescimento das linhas de despesas referentes a Pessoal, Ocupação e Depreciação e Amortização. O crescimento de tais linhas no exercício de 2021, quando comparado ao exercício de 2020, se deve substancialmente ao aumento de despesas não recorrentes e reajustes contratuais.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As despesas gerais e administrativas da Companhia totalizaram R\$174,4 milhões, crescimento de 23% em relação à 2019, tendo como principal motivo a linha de outras despesas líquidas.

### Resultado em participação societária

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

Em 2022, o Resultado em participação societária foi de R\$ 11,1 milhões, representando um aumento de R\$ 5,1 milhões, ou 86,1%, em relação aos R\$ 6,0 milhões de 2021. A variação ocorreu devido ao crescimento no lucro de investida da Companhia que pertence ao grupo Delfin no exercício de 2022, aumentando o resultado de equivalência patrimonial em relação ao exercício anterior.

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Resultado em participação societária refere-se aos lucros provenientes de uma empresa em que a Companhia possui participação.

Em 2021, o Resultado em participação societária foi de R\$ 5,9 milhões, representando uma redução de R\$ 6,4 milhões, ou 51,4%, em relação aos R\$ 12,3 milhões de 2020. A variação ocorreu devido à queda no lucro de investida da Companhia que pertence ao grupo Delfin no exercício de 2021, reduzindo o resultado de equivalência patrimonial em relação ao exercício anterior.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

Em 2020, o Resultado em participação societária foi de R\$ 12,3 milhões, representando uma redução de R\$ 5,0 milhões, ou 29,0%, em relação aos R\$ 17,3 milhões de 2019. A variação ocorreu devido à queda no lucro de investida da Companhia que pertence ao grupo Delfin no exercício de 2020, reduzindo o resultado de equivalência patrimonial em relação ao exercício anterior.

### Lucro operacional antes do resultado financeiro

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$ 32,0 milhões em 2022, queda de R\$ 120,2 milhões, em relação ao lucro de R\$ 88,2 milhões apresentado em 2021.

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Lucro operacional antes do resultado financeiro de R\$ 88,2 milhões em 2021, recuperando R\$97,3 milhões, em relação ao prejuízo de R\$ 9,1 milhões apresentado em 2020.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Prejuízo operacional antes do resultado financeiro de R\$ 9,1 milhões em 2020, revertendo um Lucro operacional de R\$ 142,6 milhões apresentado em 2019, uma queda de R\$ 151,7 milhões.

### Resultado financeiro

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

O resultado financeiro da Companhia em 2022 foi negativo em R\$ 201,2 milhões, apresentando um aumento de R\$ 115,5 milhões, ou 134,2%, em relação ao ano anterior, decorrente principalmente do aumento das taxas de juros (SELIC/CDI), maior endividamento e novas contratações de dívida).

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

O resultado financeiro da Companhia em 2021 foi negativo em R\$ 85,7 milhões, apresentando um aumento de R\$ 21,8 milhões, ou 34,0%, em relação ao ano anterior, decorrente principalmente do aumento das taxas de juros (SELIC/CDI).

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

O resultado financeiro da Companhia em 2020 foi negativo em R\$ 63,9 milhões, apresentando uma redução de 16,8% milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado ocorre principalmente das menores despesas financeiras versus o mesmo período do ano anterior, reflexo da dívida líquida sob controle, associada ao menor nível da taxa SELIC/CDI.

### Imposto de renda e contribuição social

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 0,5 milhão em 2021 para um saldo positivo de R\$ 14,0 milhões em 2022. A redução de R\$ 14,5 milhões deu-se, principalmente, por tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de outros exercícios.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 19,4 milhões em 2020 para R\$ 0,5 milhão em 2021. A redução de R\$ 18,9 milhões, ou 97,6%, deu-se, principalmente, por tributos diferidos sobre prejuízo fiscal de outros exercícios.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

A despesa com imposto de renda e contribuição social da Companhia passou de R\$ 15,6 milhões em 2019 para R\$19.4 milhões em 2019, um incremento de R\$3.7 milhões.

### **Lucro (prejuízo) líquido do exercício**

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

Em razão dos fatores acima, a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 219,2 milhões em 2021, reduzindo R\$221,2 milhões, em relação ao lucro líquido apresentado em 2021.

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Em razão dos fatores acima, a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 2 milhões em 2021, recuperando R\$94,4 milhões, em relação ao prejuízo líquido apresentado em 2020.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

A Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$ 92.4 milhões em 2020, vs lucro de R\$ 50.0 milhões em 2019. O impacto da pandemia foi mais intenso no prejuízo líquido do 2T20, seguida de uma normalização no 3T20 e volta ao crescimento no 4T20, com resultado líquido de -R\$ 85.1 milhões, -R\$ 1.8 milhões e +R\$14.6 milhões, respectivamente.

### **Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores**

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

A Companhia registrou um Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores de R\$ 8,6 milhões em 2022, um crescimento de R\$ 1 milhão, em relação aos R\$ 7,6 milhões apresentados em 2021. Esse resultado é decorrente, substancialmente, de lucro em controladas que o grupo possui participação societária minoritária.

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores de R\$ 7,6 milhões em 2021, um crescimento de R\$ 2,6 milhões, ou 52,7%, em relação ao prejuízo de R\$ 5,0 milhões apresentado em 2020. Esse resultado é decorrente, substancialmente, do resultado atribuído aos acionistas não controladores da Companhia que detêm as marcas Axial e SOM.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

A Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas não controladores de R\$ 5,0 milhões em 2020, recuperando R\$ 3,8 milhões em relação ao prejuízo de R\$ 8,8 milhões apresentado em 2019, uma queda de 43,2%. Esse resultado é decorrente substancialmente, do resultado atribuído aos acionistas não controladores da Companhia que detêm as marcas Delfin e SOM.

### **Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores**

- *Exercício de 2022 comparado com o exercício de 2021*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 227,8 milhões em 2022, diminuindo R\$ 222,2 milhões, em relação ao prejuízo de R\$ 5,6 milhões apresentado em 2021.

- *Exercício de 2021 comparado com o exercício de 2020*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 5,6 milhões em 2021, recuperando R\$ 91,8 milhões, em relação ao prejuízo de R\$ 97,4 milhões apresentado em 2020, representando uma redução de 94,2%.

- *Exercício de 2020 comparado com o exercício de 2019*

Em razão dos fatores explicados nas seções anteriores, a Companhia registrou um Prejuízo líquido do exercício atribuível aos acionistas controladores de R\$ 97,4 milhões em 2020, uma queda de R\$ 138,7 milhões em relação ao lucro de R\$ 41,3 milhões apresentado em 2019.

### **FLUXO DE CAIXA**

A tabela a seguir apresenta os valores relativos ao fluxo de caixa consolidado da Companhia para os exercícios indicados:

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

(Em milhares de reais – R\$)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2022	2021	2020
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Lucro (prejuízo) líquido do período	-219.243	1.988	-92.431
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	117.737	119.604	119.177
Ações restritas reconhecidas	3.207	4.588	5.479
Valor residual de ativos imobilizados baixados e investimentos	667	-12.271	1.546
Encargos financeiros, variação cambial e derivativos.	175.796	87.706	63.388
Atualização do ativo financeiro	-20.839	-22.951	-24.494
Resultado em participação societária	-11.078	-5.953	-12.261
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10.987	-3.084	-9.761
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	6.597	643	108
PIS/COFINS/ISSQN diferidos	939	-1.901	-1.978
Impostos diferidos	-38.472	-27.982	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:			
Contas a receber	89.741	23.575	28.536
Estoques	-3.000	-1.624	921
Outros ativos	20.703	-11.113	-2.668
Ativo financeiro	-1.894	-2.007	-1.337
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	18.777	-5.027	28.037
Fornecedores risco sacado	-	-	-
Salários, obrigações sociais e previdenciárias	26.369	1.968	2.174
Obrigações tributárias e parcelamento de impostos	23.375	20.045	8.538
Outros passivos	-5.343	-9.468	-1.876
Imposto de renda e contribuição social pagos	-19.035	-18.592	-5.046
Dividendos e JSCP recebidos de controladas	11.312	10.984	11.812
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>187.303</b>	<b>149.128</b>	<b>117.864</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Aplicações financeiras	-228	-58	46
Aquisição de participação minoritária	-	-3.347	-
Aquisição de controladas, líquido do caixa recebido	-27.336	-1.904	-768
Partes relacionadas	-1.923	104	2.752
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	-113.009	-100.493	-66.708
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>-142.496</b>	<b>-105.698</b>	<b>-64.678</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Compra/ Alienação de ações em tesouraria	-	-12.252	-170
Pagamento ações restritas	-2.023	-	-
Dividendos pagos	-1.884	-2.003	-6.347
Valores recebidos de empréstimos, líquidos	817.115	279.330	642.447
Juros pagos	-150.219	-66.538	-53.736
Amortização de empréstimos, financiamentos e derivativos	-611.637	-343.744	-494.594
Recebimento (pagamento) de instrumento financeiro derivativo	-4.725	-	-
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>46.627</b>	<b>-145.207</b>	<b>87.600</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>91.434</b>	<b>-101.777</b>	<b>140.786</b>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do período	127.310	229.087	88.301

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

No fim do período	218.744	127.310	229.087
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>91.434</b>	<b>-101.777</b>	<b>140.786</b>

### Atividades operacionais

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2022 vs 2021*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 187,3 milhões no exercício de 2021, um crescimento de R\$ 38,2 milhões em relação ao exercício social anterior. Este aumento de 26% deveu-se, principalmente, aos novos processos implementados ao longo de 2022 na Companhia que visam reduzir o tempo de recebimento e alongar os prazos de pagamento

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2021 vs 2020*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 149,1 milhões no exercício de 2020, um crescimento de R\$ 31,2 milhões em relação ao exercício social anterior. Este aumento de 27% deveu-se, principalmente, ao aumento no EBITDA e à menor necessidade de capital de giro durante 2021, que, por sua vez, decorreram substancialmente da retomada da receita e ao trabalho de contenção de gastos e renegociações dos custos e despesas ao longo do ano.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$ 117,9 milhões no exercício de 2020, uma redução de R\$95,5 milhões vs. o período anterior. Esta redução de 45% a.a. deve-se, principalmente, ao prejuízo do exercício de 2020, que totalizou R\$92,4 milhões.

### Atividades de investimento

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2022 vs 2021*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 142,5 milhões em 2022 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 105,7 milhões no exercício social de 2021, o que representou um aumento de R\$ 36,8 milhões, ou 35%. O crescimento é reflexo de uma maior aquisição de imobilizado tendo como objetivos principais a renovação das unidades existentes e de seus parques instalados, e a adição de capacidade produtiva, em especial através da adição de novos equipamentos de diagnósticos por imagem, além da manutenção deles.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2021 vs 2020*

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 105,7 milhões em 2021 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 64,7 milhões no exercício social de 2020, o que representou um aumento de R\$ 41,0 milhões, ou 39%. O crescimento é reflexo de uma maior aquisição de imobilizado tendo como objetivos principais a renovação das unidades existentes e de seus parques instalados, e a adição de capacidade produtiva, em especial através da adição de novos equipamentos de diagnósticos por imagem.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido aplicado nas atividades de investimento foi de R\$ 64,7 milhões em 2020 comparado a um caixa líquido aplicado de R\$ 77,0 milhões no período de 2019. A redução é reflexo também de uma menor aquisição de imobilizado, em linha com a estratégia de fortalecimento de caixa da Companhia.

### Atividades de financiamento

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2022 vs 2021*

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 46,6 milhões em 2022, vs a aplicação de R\$ 145,2 milhões em 2021, o que representou um aumento de R\$ 191,8 milhões. O aumento da geração de caixa em relação à 2022 se deve à maior captação líquida de empréstimos e debenture, realizada com o objetivo de alongar a dívida e financiar os investimentos do período.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2021 vs 2020*

O caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 145,7 milhões em 2021, vs a geração de R\$ 87,6 milhões em 2020, o que representou um aumento de R\$ 232,8 milhões. O aumento da aplicação de caixa em relação à 2020 se deve à menor entrada de caixa em função da redução na captação líquida de empréstimos e debentures, das compras de ações e do maior valor desembolsado com juros.

- *Análise das principais variações nos fluxos de caixa de 2020 vs 2019*

O caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades de financiamento totalizou R\$ 87,6 milhões em 2020, vs a aplicação de R\$ 121,2 milhões em 2019. O aumento em relação à 2019 se deve à menor saída de caixa em função de amortização de empréstimos e arrendamentos.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2.2 – Comentários dos diretores sobre:

#### a. Resultados das operações do emissor

##### (i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A Companhia é uma das maiores redes de diagnósticos por imagem do Brasil em número de equipamentos de ressonância magnética, de acordo com dados do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), e estamos entre os maiores prestadores de serviços de medicina diagnóstica do Brasil em termos de receita líquida, ao compararmos nossas informações financeiras aos dados divulgados por nossos principais concorrentes. Nosso parque inclui 112 máquinas de Ressonância Magnética de primeira linha em cerca de 40 cidades do Brasil, onde estamos presentes através de aproximadamente 15 marcas regionais. Além das unidades de atendimento, a Companhia possui uma operação B2B de negócios, o iDR – Inteligência Diagnóstica Remota, que atende clínicas e hospitais e um produto de marketplace chamado Cartão Aliança, no qual clientes têm acesso a uma rede exclusiva de benefícios e descontos. Em 2022 a Companhia realizou cerca de 794 mil exames de Ressonância Magnética, e mais de 8,4 milhões exames de análises clínicas.

As operações da Companhia e de suas controladas se referem a um único segmento operacional, conforme detalhado no item 1.3 do seu Formulário de Referência, a saber, o segmento de “Serviços Auxiliares de Apoio Diagnóstico” (“SAD”), que engloba as duas principais linhas de serviços relevantes prestados pela Companhia e por suas controladas, ou seja, (a) diagnósticos por imagem; e (b) análises clínicas.

A linha de serviços de diagnósticos por imagem inclui (i) exames de imagem – e.g. ressonância magnética, tomografia, computadorizada, ultrassom, raio-x, densitometria óssea, mamografia, cintilografia, PET-CT (tomografia computadorizada por emissão de pósitrons) – os quais envolvem a captura de imagens e sua posterior interpretação por médico qualificado para emissão de laudo; e (ii) exames de métodos gráficos – e.g. eletrocardiograma, cardiotocografia, holter (monitoração contínua), testes ergométricos e cardiopulmonares – que envolvem o monitoramento de sinais vitais e seu registro por meio de representações gráficas, que são posteriormente interpretadas por médico qualificado para emissão de laudo.

A linha de serviços de análises clínicas consiste na realização de exames laboratoriais – e.g. hemograma, análise de urina e fezes, medição de colesterol e triglicerídeos, identificação de doenças sexualmente transmissíveis, exames de anatomia patológica, dentre outros, que envolvem a coleta de amostras e posterior análise por profissional habilitado, com o uso de equipamento automatizado. Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a receita bruta de diagnósticos por imagem representou, aproximadamente respectivamente 87%, 82%, 81% da receita bruta de

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

serviços total consolidada da Companhia e, a receita bruta de análises clínicas representou, aproximadamente respectivamente 13%, 18%, 19% da receita bruta de serviços total consolidada da Companhia.

No geral, nossas linhas de negócio foram responsáveis por uma receita bruta (ex-construção) de R\$ 1.169,0 em 2022, R\$ 1.136,6 milhões em 2021 e R\$ 928,8 milhões em 2020.

### (ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Nos três últimos exercícios sociais, as atividades e resultados operacionais da Companhia foram afetadas por diversos fatores macroeconômicos e operacionais, dentre os quais, os principais foram os seguintes:

- a saúde financeira das operadoras de planos de saúde, hospitais e empresas que são as fontes pagadoras responsáveis pela maior parcela da receita de prestação de serviços da Companhia. Neste contexto, a situação de cada fonte pagadora individualmente pode influenciar a receita de prestação de serviços da Companhia e o prazo de recebimento pela prestação de serviços, ainda que a Companhia possua uma base de unidades e clientes dispersa pelo país;
- a situação operacional do nosso parque de equipamentos e sistemas de tecnologia da informação. A receita líquida de serviços consolidada da Companhia depende da disponibilidade de aparelhos de diagnósticos em condições normais de operação para realização de exames que, por sua vez, depende de fornecimento por um número limitado de fabricantes de equipamentos médicos.
- a disponibilidade dos nossos fornecedores, incluindo os médicos parceiros que realizam os laudos dos exames e o parceiro processador de Análises Clínicas. O faturamento dos exames realizados depende da entrega em tempo adequado de laudos com qualidade mínima dos parceiros conforme orientação da Companhia; e
- a reputação das marcas regionais da Companhia. A procura por exames depende da reputação das marcas regionais da Companhia com os médicos solicitantes e com o público demandante em geral.

### b. Variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

A Direção da Companhia entende que a situação financeira geral da Companhia, incluindo sua geração de receitas e seus resultados operacionais, estão sujeitos a incertezas relacionadas às condições macroeconômicas e políticas brasileiras, aprimoramento da estrutura operacional e econômico-financeira em curso, e também às condições de

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

mercado de diagnóstico por imagem nas cidades em que estamos presentes, como por exemplo:

- Instabilidade social e política;
- Expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- Flutuações cambiais relevantes;
- Alterações no regime fiscal e tributário;
- Liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- Taxas de juros;
- Inflação;
- Política monetária;
- Política fiscal;
- Racionamento de água e/ou energia; e
- Outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

As alterações nestas variáveis podem afetar os resultados da Companhia positiva ou negativamente, principalmente se as mudanças forem significativas e não estiverem de acordo com as expectativas da Companhia.

O preço dos serviços da Companhia é negociado periodicamente com as diversas fontes pagadoras, utilizando como base de negociação os índices de inflação oficiais do país.

Para informações sobre as variações das receitas atribuíveis a modificação de preços, taxas de câmbio, inflação e alteração de volumes, veja o item 2.1, alínea (h) – "Discussão e Análise das Principais Contas Patrimoniais da Companhia", e o item 2.2, alínea (c), deste Formulário de Referência. Para uma análise qualitativa e quantitativa dos riscos de mercado da Companhia, veja o item 4.3 do seu Formulário de Referência.

### **c. Impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, as atividades e receitas da Companhia estão totalmente concentrados no Brasil e em reais. Portanto, a Companhia é afetada diretamente pela conjuntura econômica do Brasil, que tem sido historicamente caracterizada por variações significativas em termos de crescimento econômico, inflação e taxas de câmbio, principalmente flutuações entre o real e o dólar norte-americano. Os resultados operacionais e situação financeira da Companhia são influenciados por tais fatores e pelos efeitos de tais fatores sobre as taxas de desemprego, custos de financiamento, disponibilidade geral de crédito e salários médios no Brasil.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, os índices de preços mostraram

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

um crescimento de preços da ordem de 5,79% (IPCA). Os custos e despesas da Companhia são impactados principalmente pela inflação nas cidades onde a Companhia está presente. Dessa forma, dentro de um possível cenário de aumento de inflação generalizado no Brasil, a Companhia pode não conseguir ajustar os preços dos serviços de forma a compensar completamente os efeitos da inflação sobre os custos e despesas.

A taxa de câmbio não afeta diretamente a receita da Companhia, mas afeta uma pequena parcela do endividamento líquido da Companhia ainda indexada ao dólar, o preço de alguns insumos para realização de exames também atrelados ao dólar e a capacidade de investimento em novas máquinas, peças e equipamentos, uma vez que partes desses equipamentos e peças são importados ou possuem preços atrelados ao dólar.

As desvalorizações do Real com relação ao Dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como afetar adversamente as operações da Companhia.



## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2.3 – Comentários dos diretores sobre:

#### a. Mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, também, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, em relação às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas. Para fins de IFRS, esta capitalização somente é permitida nas demonstrações financeiras consolidadas e não nas demonstrações financeiras separadas.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da orientação técnica OCPC 07 na preparação destas demonstrações financeiras. Assim, todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

#### Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo IASB e CPC

A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após essa data.

- Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material: as alterações não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.
- Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro: Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.
- Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: a Companhia não adotou o

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

expediente prático das alterações do CPC 06 (R2).

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

### **IFRS 17 - Contratos de seguro**

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 vigora para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Vale destacar que esta norma não se aplica à Companhia.

### **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação

As alterações são válidas para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024 com adoção antecipada permitida, de acordo com o comunicado emitido pelo IASB em 31 de outubro de 2022. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

#### **b. Opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

Não há ressalvas presentes nos relatórios dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2020, 2021 e 2022.

Entretanto, há uma ênfase no relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, que encontra-se transcrita abaixo:

“Conforme mencionado nas notas explicativas 01, 10 e 20 às demonstrações financeiras, a Companhia encontra-se em processo de reestruturação, que prevê ações baseadas em plano estratégico da Administração. Em razão do processo de reestruturação depender de eventos futuros, ressaltamos que a recuperabilidade do ágio e dos ativos fiscais diferidos encontram-se condicionados aos referidos eventos e cenário macroeconômico. Desta forma, as demonstrações financeiras devem ser lidas considerando o contexto de reestruturação operacional e societário da Companhia. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.”

A ênfase transcrita acima trata da recuperabilidade do ágio decorrente da aquisição das marcas integrantes do grupo realizadas em exercícios anteriores, bem como aborda a recuperabilidade dos ativos fiscais diferidos. Os dois itens destacados na ênfase estão condicionados a conclusão do plano de aprimoramento operacional e financeiro-econômico da Companhia, bem como a eventos econômicos, que podem ou não ocorrer.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2.4 – Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas Demonstrações Financeiras

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional da Companhia que se caracterize como alienação ou introdução de unidade geradora de caixa adicional ao segmento operacional divulgado pela Companhia em suas demonstrações financeiras, conforme apresentado no item 2.2 acima.

#### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Todas as informações sobre constituição, aquisição ou alienação de participação societária envolvendo a Companhia e sociedades de seu grupo econômico já foram disponibilizadas no item 6.5 do seu Formulário de Referência.

#### c. Eventos ou operações não usuais.

A Companhia vem passando por um processo de aprimoramento de sua estrutura operacional e de capital em toda sua cadeia. As ações realizadas, como contratação de consultorias e assessores jurídicos; desligamentos e contratações; baixa de ativos da antiga gestão, identificados como não recuperáveis; e outros geraram desembolsos relevantes no exercício. Tais desembolsos foram classificados como não recorrentes, indicados no item 2.5 abaixo – Valor das medições não contábeis.

Não houve, durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia ou suas atividades que tenham causado ou se espera que venham causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2.5 – Medições não contábeis

As medições não contábeis abaixo estão sendo apresentadas com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

O “EBITDA” (earnings before interest, tax, depreciation and amortization), sigla em inglês para denominar o “LAJIDA” (Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medida não contábil calculada pela Companhia em consonância com a Resolução da CVM n.º 156, de 23 de junho de 2022 (“Resolução CVM 156”), conciliada com suas demonstrações financeiras e corresponde ao lucro líquido ou prejuízo do período e/ou do exercício, acrescido do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

O “EBITDA Ajustado” corresponde ao EBITDA supracitado descontado de resultados não recorrentes à operação da Companhia e/ou outros itens que contribuam para informação sobre o potencial de geração bruta de caixa, conforme Resolução CVM 156. Os ajustes à operação da companhia são classificados conforme abaixo:

#### 1. Baixas e Outros:

- a. Ativo financeiro RBD: depreciação dos ativos da RBD, conforme norma contábil de concessões ICPC 01.
- b. Despesas Não-Recorrentes: despesas associadas a bonificações, rescisões, multas e baixas de contas a receber de longa data.

Cabe ressaltar que, tanto o EBITDA como o EBITDA Ajustado não são métricas reconhecidas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP e, portanto, não devem ser utilizados para medir a lucratividade da Companhia ou mesmo sua geração de caixa. Tal fato se deve às fragilidades destas métricas ao desconsiderar efeitos que podem vir a afetar tanto seu resultado como sua geração de caixa, como são os casos de variações nos resultados financeiros, nas tributações, na depreciação ou nas despesas de capital.

Não obstante o EBITDA possuir um significado padrão, nos termos do artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156, a Companhia não pode garantir que outras sociedades, inclusive companhias fechadas, adotarão esse significado padrão. Nesse sentido, caso o significado padrão instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras sociedades, o EBITDA divulgado pela Companhia pode não ser comparável ao EBITDA preparado por outras sociedades. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o significado padronizado instituído pela Resolução CVM 156.

#### a) Valor das medições não contábeis

## 2.5 Medições não contábeis

INDICADORES FINANCEIROS	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2021	2022
Receita Líquida	928,8	1.072,9	1.085,02
Receita Líquida ex-construção	927,5	1.071,5	1.083,2
Lucro líquido do período/exercício	-92,4	50,1	-219,2
(+) Resultado financeiro	63,9	76,9	201,2
(+) Imposto de renda e CSLL	19,4	15,6	-14,0
(+) Depreciação e amortização	19,4	117,9	117,7
EBITDA	110,1	260,5	85,7
Margem EBITDA <sup>2</sup> (%)	11,8%	24,3%	7,9%

<sup>1</sup> Receita Líquida ex-construção, receita líquida excluindo lançamento contábil referente ao investimento realizado na RBD (PPP Bahia)

<sup>2</sup> Margem EBITDA = EBITDA/Receita Líquida ex-construção

EBITDA – R\$ milhões INDICADORES FINANCEIROS	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2020	2021	2022
<b>EBIT</b>	<b>-9,1</b>	<b>88,2</b>	<b>-32,0</b>
Depreciação e amortização	119,2	119,6	117,7
<b>EBITDA</b>	<b>110,1</b>	<b>207,8</b>	<b>85,7</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>11,8%</b>	<b>18,3%</b>	<b>7,9%</b>
<b>Ajustes</b>	<b>31,7</b>	<b>54,2</b>	<b>97,0</b>
Baixas e Outros	31,7	54,2	97,0
Ativo Financeiro (RBD)	31,7	32,2	32,7
Despesas Não-Recorrentes	0	22,0	64,3
<b>EBITDA Ajustado<sup>2</sup></b>	<b>141,8</b>	<b>261,9</b>	<b>182,7</b>
<b>Margem EBITDA Ajustada<sup>3</sup> (%)</b>	<b>15,3%</b>	<b>23,1%</b>	<b>16,9%</b>

<sup>2</sup>EBITDA Ajustado significa o EBITDA ajustado para excluir resultados não recorrentes à operação da Companhia, conforme descritos no quadro acima: (i) baixa do ativo financeiro RBD e (ii) despesas não-recorrentes. Utilizamos o EBITDA Ajustado como ferramenta para mensurar e avaliar o nosso desempenho com foco na continuidade de nossas operações e acreditamos que o EBITDA Ajustado é uma ferramenta útil para o investidor, porque possibilita uma análise comparativa normalizada de informações passadas e atuais sobre o resultado de nossa gestão. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diferente de nós. Para uma reconciliação do EBITDA Ajustado com o lucro (prejuízo) líquido, vide item 3.2.b do Formulário de Referência da Companhia

<sup>3</sup>Margem EBITDA Ajustada significa nosso EBITDA Ajustado dividido pela nossa receita líquida ex-construção.

### b) Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras

## 2.5 Medições não contábeis

### auditadas

Não aplicável.

### **c) Motivo pelo qual a Companhia entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho da Companhia, motivo pelo qual a administração entende ser importante a sua inclusão neste Formulário de Referência. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento. EBITDA é a abreviação em língua inglesa do LAJIDA, que por sua vez pode ser definido como lucros antes das receitas (despesas) financeiras líquidas, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização e resultados não operacionais. O EBITDA e o EBITDA Ajustado são utilizados pela administração como métricas adicionais de desempenho da Companhia e também como base de comparação com outras empresas do mesmo setor, apesar de poder haver diferenças nas metodologias de cálculo. Razão pela qual a Companhia considera relevante sua apresentação neste Formulário de Referência.

A Companhia acredita que o EBITDA é informação adicional às suas demonstrações financeiras, mas não é medida contábil de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS e não deve ser utilizado como base de distribuição de dividendos ou como substituto para o lucro líquido e fluxo de caixa operacional, como indicador de desempenho operacional, nem tão pouco como indicador de liquidez.

Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas financeiras, o Imposto de Renda - Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), a depreciação e a amortização, o EBITDA e o EBITDA Ajustado funcionam como indicadores do desempenho econômico geral da Companhia, que não é afetado por flutuações nas taxas de juros, alterações de carga tributária do IRPJ e da CSLL ou alterações nos níveis de depreciação e amortização.

Consequentemente, a Companhia acredita que o EBITDA e o EBITDA ajustado permitem uma melhor compreensão não só do seu desempenho financeiro, como também da sua capacidade de cumprir com suas obrigações passivas e obter recursos para suas atividades.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2.6 – Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia e emitidas em 23 de março de 2023.

Foram verificados os seguintes eventos subsequentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2022, nos termos das regras previstas no Pronunciamento Técnico CPC 24, aprovado pela Resolução CVM nº105/2022.

#### **Contrato de prestação de serviços com a Federação das Unimed's da Amazônia ("Unimed FAMA")**

Em 13 de fevereiro de 2023, a Companhia firmou contrato de prestação de serviços com prazo de 10 anos com Unimed FAMA, renomada operadora de saúde da região norte, com mais de 100 mil beneficiários, abrangendo a sua área de cobertura os estados Amazonas, Amapá, Pará, Acre, Rondônia e Roraima. O contrato prevê a prestação de serviços de medicina diagnóstica, especialmente em análises clínicas, em caráter não exclusivo, o que possibilitará a Aliança o aumento de sua capilaridade na Região Norte para prestação de serviços de medicina diagnóstica para pacientes particulares, de outras operadoras e de cooperativas de saúde.

#### **Alongamento de dívida**

Em linha com a estratégia financeira, a fim de alongar o cronograma de vencimentos de suas dívidas, reduzindo assim a concentração de vencimentos de empréstimos e financiamentos no curto prazo, no dia 26 de janeiro de 2023 o Grupo concluiu o aditamento do empréstimo com o Banco do Brasil. A amortização passou de parcela única com vencimento em abril de 2023, no valor de R\$ 30.000, para 2 parcelas, no valor de R\$ 15.000 cada, com vencimentos em dezembro de 2024 e dezembro 2025.

#### **Empréstimo Banco Votorantim**

Em 09 de março de 2023, a Companhia efetuou captação de recursos junto ao Banco Votorantim, no valor de R\$ 5.000, e prazo de pagamento de 27 meses, sendo 3 meses de carência e 9 pagamentos trimestrais de amortização.

#### **Nova marca**

Em 23 de março de 2023, o Conselho de Administração aprovou a nova marca da Companhia: Aliança – Excelência em Saúde. A ideia de mudar o nome e a identidade institucional objetiva valorizar e fortalecer o sentido de aliança entre Crescimento, Eficiência, Clientes, Pessoas e Saúde de Qualidade – nossos 5 pilares. Representa também o estreitamento das nossas alianças estratégicas e parcerias. A Aliança busca novos caminhos para mudar o segmento de saúde no Brasil. Isso significa reinventar modelos de negócios e assegurar protagonismo, dando visibilidade a uma empresa atenta, moderna e jovem, mesmo dentro de um segmento tradicional. Sob a marca Aliança, o nosso propósito é seguir inovando e levando serviço de qualidade aos nossos clientes.

#### **Novo pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ordinárias**

Em 17 de março de 2023, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, foi comunicada pelo seu acionista controlador, Fonte de Saúde Fundo de Investimento



## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

em Participações (“Fonte de Saúde FIP”), sobre novo pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da Companhia por alienação de controle (“OPA”), em atendimento à obrigação de realização da OPA em virtude da alienação do controle da Companhia para o Fonte de Saúde FIP, nos termos do artigo 254-A da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, do artigo 37 do Regulamento do segmento especial de listagem da B3 denominado Novo Mercado, do artigo 18 do Estatuto Social da Companhia e da regulamentação aplicável, em especial a Resolução da CVM nº 85, de 31 de março de 2022 (“Resolução CVM 85”).

## 2.7 Destinação de resultados

### 2.7 – Política de destinação dos resultados

A Companhia adota a seguinte política de destinação de resultados:

#### a. Regras sobre retenção de lucros

De acordo com a Lei nº 6.404/76 e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido da Companhia apresenta a seguinte destinação:

(a) 5% (cinco por cento) para a formação da reserva legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;

(b) 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório;

(c) até 70% (setenta por cento) para a formação de reserva de investimento que tem por finalidade financiar a expansão das atividades da Companhia, cujo saldo somado às demais reservas de lucro da Companhia, exceto as para contingências, incentivos fiscais e lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social;

(d) o saldo remanescente, se houver, para destinação aos acionistas, nos termos da lei.

Adicionalmente, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente dos benefícios fiscais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2020
<b>a.1) Valores das retenções de lucros</b>	A Companhia apurou um prejuízo líquido no valor de R\$227.809.768,40 destinado integralmente para a conta de prejuízos acumulados.	A Companhia apurou um prejuízo líquido no valor de R\$ 5.625.556,14 destinado integralmente para a conta de prejuízos acumulados.	A Companhia apurou um prejuízo líquido no valor de R\$ 97.414.497,79, o qual será absorvido pela reserva de investimento e pela reserva legal. O saldo remanescente, no valor de R\$ 44.540.857,19 será destinado à conta de prejuízos acumulados

#### b. Regras sobre distribuições de dividendo

Nos termos do Estatuto Social então vigente, a Companhia deverá distribuir o montante mínimo de 25% do seu lucro líquido aos seus acionistas, desconsiderada a depreciação e a amortização do período, após a dedução dos montantes destinados à formação de reservas, legais ou estatutárias, e o pagamento de todos os tributos e contribuições incidentes sobre tal lucro líquido.

## 2.7 Destinação de resultados

### c. Periodicidade das distribuições de dividendo

Os dividendos são pagos anualmente após aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, que também poderá deliberar sobre a declaração de dividendos intermediários ou intercalares, além do pagamento de juros sobre o capital próprio.

### d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

No INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª (SEGUNDA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM ATÉ TRÊS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA CENTRO DE IMAGEM DIAGNÓSTICOS S.A. é caso de vencimento antecipado automático a distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, caso a Companhia esteja inadimplente com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas na Escritura, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

### e. Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Não aplicável.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2.8 – Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

**a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*)**

**(i) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

**(ii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

**(iii) Contratos de construção não terminada**

Não há contratos de construção não terminada não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

**(iv) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, tendo em vista que não há outros itens que não tenham sido evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2.9 – Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

**a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

## 2.10 Planos de negócios

### 2.10 – Plano de negócios

#### a. Investimentos

##### (i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em sua contínua busca por eficiência e melhorias operacionais, a Companhia continua investindo em diversas frentes operacionais, com destaque para a renovação das unidades existentes e de seus parques instalados, e a adição de capacidade produtiva, em especial através da adição de novos equipamentos de diagnósticos por imagem.

Nos últimos três exercícios sociais, a Companhia investiu principalmente nestas linhas acima descritas com o intuito de agregar valor aos clientes e, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, totalizou aproximadamente R\$ R\$ 88,4 milhões em investimentos em tais frentes.

A movimentação do ativo imobilizado abaixo demonstra a transformação da Companhia e o volume desses investimentos nos últimos anos:

Consolidado	Saldo em 31/12/2020	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2021
Benfeitorias em imóveis de terceiros	156.749	6.390	-	(8.145)	154.994
Máquinas e equipamentos	323.013	71.445	(1.461)	(55.824)	337.173
Móveis e utensílios	9.241	701	(55)	(2.144)	7.743
Equipamentos de informática	8.103	2.333	(12)	(3.651)	6.773
Instalações	2.503	-	-	(572)	1.931
Veículos	59	-	-	(30)	29
Adiantamento a fornecedores	8.477	3	-	-	8.480
	<b>508.145</b>	<b>80.872</b>	<b>(1.528)</b>	<b>(70.366)</b>	<b>517.123</b>

Consolidado	Saldo em 31/12/2021	Adição	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2022
Benfeitorias em imóveis de terceiros	154.994	16.247	(785)	(8.438)	162.018
Máquinas e equipamentos	337.173	62.921	(57)	(53.486)	346.551
Móveis e utensílios	7.743	3.447	(4)	(2.048)	9.138
Equipamentos de informática	6.773	5.740	(22)	(2.963)	9.528
Instalações	1.931	-	-	(504)	1.427
Veículos	29	-	-	(13)	16
Adiantamento a fornecedores	8.480	-	-	-	8.480
	<b>517.123</b>	<b>88.355</b>	<b>(868)</b>	<b>(67.452)</b>	<b>537.158</b>

##### (ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Os investimentos da companhia serão financiados por meio da geração de caixa da própria Companhia, com empréstimos, financiamentos e eventualmente emissão de

## 2.10 Planos de negócios

valores mobiliários.

### **(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Na data da divulgação deste Formulário de Referência, a Companhia não possui nenhum desinvestimento relevante em andamento ou previsto.

### **b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Na data deste Formulário de Referência, não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que possa influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### **c. novos produtos e serviços**

#### **(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não aplicável, uma vez que atualmente não há pesquisas realizadas pela Companhia que já tenham sido divulgadas.

#### **(ii) montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não realizou, nos 3 (três) últimos exercícios sociais gastos relevantes no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

#### **(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não aplicável.

#### **(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não aplicável.

### **d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

O aprimoramento da estrutura operacional e de capital da Companhia contempla ações vinculadas a questões ASG, tais como: revisão da política de governança corporativa, ações inclusivas e melhora no tratamento e gestão de resíduos.

**2.10 Planos de negócios**



## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2.11 – Outros fatores com influência relevante**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

#### 5.1 - Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

**(a) Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia adota uma Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos ("Política"), aplicável à Companhia e a todas as suas subsidiárias. A Política foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022, e está disponível para consulta no site <https://ri.allianca.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>.

#### **(b) Objetivos e Estratégias da Política de Gerenciamento de Riscos**

O objetivo da Política é estabelecer e divulgar princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observadas no processo de gestão de riscos e controles internos da Companhia, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação de riscos inerentes às atividades da Companhia e também de modo a fornecer aos seus acionistas e investidores razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras.

De modo a atingir seu objetivo, a Política determina e descreve um sistema de governança de gestão de riscos baseado na metodologia de 3 (três) linhas de defesa do *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* ("COSO ERM"), que estabelece papéis e responsabilidades na aplicação, monitoramento e revisão dos controles de mitigação de riscos e no fortalecimento da governança.

#### **(i) Riscos para os quais se busca proteção**

A Companhia monitora os riscos descritos no item 4.1 deste Formulário de Referências e busca proteção para todo e qualquer tipo de risco que possa impactar de forma negativa suas atividades e operações. Esses riscos são categorizados em 4 (quatro) grupos distintos, conforme abaixo:

- **Riscos Estratégicos:** aqueles associados à estratégia da Companhia na busca de criação, proteção e crescimento de valor. São causados por mudanças no ambiente externo, tais como político, econômico e social, mercado, competidores, fusões e aquisições, disponibilidade de recursos, inovações e portfólio de produtos e/ou serviços.
- **Riscos Operacionais:** aqueles decorrentes da inadequação ou falha na gestão de processos internos e pessoas que possam dificultar ou impedir o alcance dos objetivos da Companhia e estão associados tanto à operação do negócio como, por exemplo, produção, marketing, vendas, comercial; quanto à gestão de áreas de suporte ao negócio, como contabilidade, controladoria, controles, suprimentos, saúde e segurança do trabalho, meio ambiente e relações sindicais.
- **Riscos Financeiros:** aqueles decorrentes de efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros.
- **Riscos de Compliance:** aqueles associados a imposição de sanções legais ou regulatórias (inclusive no que tange a taxas diversas e alvarás de funcionamento), de perda financeira ou de reputação que a Companhia pode sofrer como resultado do descumprimento de leis, acordos, regulamentos, do Código de Conduta e Ética e das políticas e procedimentos internos. Incluem os riscos de fraudes em demonstrações financeiras e de desvios de ativos, de corrupção e de crimes cibernéticos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### (ii) Instrumentos utilizados para proteção

Para se proteger dos riscos, a Companhia adota um processo de gerenciamento de riscos baseado no COSO-ERM, o qual é composto por 5 (cinco) etapas: identificação, priorização, resposta, monitoramento e reporte.

#### Identificação

Identificação dos fatores de riscos e implicações nos objetivos projetados, por meio dos seguintes instrumentos: (i) entrevistas com pessoas chave da Companhia, colaboradores e/ou profissionais de mercado com reconhecida capacidade técnica no assunto; (ii) auditorias nos processos internos; (iii) registros de não-conformidade apurados pelos proprietários dos riscos; e (iv) denúncias por meio do Canal de Denúncias, disciplinado no Código de Conduta e Ética; entre outros.

#### Priorização

Cálculo do impacto e probabilidade de ocorrência dos riscos sobre os resultados projetados.

#### Resposta

A partir da identificação e priorização dos riscos, são implementadas respostas, que consideram os seguintes critérios: (i) eliminar totalmente a fonte do risco; (ii) reduzir a probabilidade e/ou impacto de um risco para um limite aceitável; ou (iii) aceitar o risco.

#### Monitoramento

Após selecionada a resposta ao Risco, a Companhia poderá necessitar desenvolver um plano de ação para executar a resposta. Esse plano poderá contar com atividades preventivas, detectivas, manuais, computadorizadas e/ou controles administrativos.

#### Reporte

As informações pertinentes são identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e no prazo, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades.

### (iii) Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Conforme mencionado e já exposto nos itens acima, o gerenciamento de riscos da Companhia segue o modelo de 3 (três) linhas de defesa, conforme modelo de Linhas de Defesa do Instituto dos Auditores Internos (The IIA). Neste sentido:

1ª Linha de Defesa: é representada pelas Áreas de Negócio, cujos colaboradores são os responsáveis diretos pela gestão dos riscos e pela aderência às normas associadas às suas atividades, bem como pela execução dos controles internos e pela implementação de medidas corretivas para o devido tratamento dos riscos.

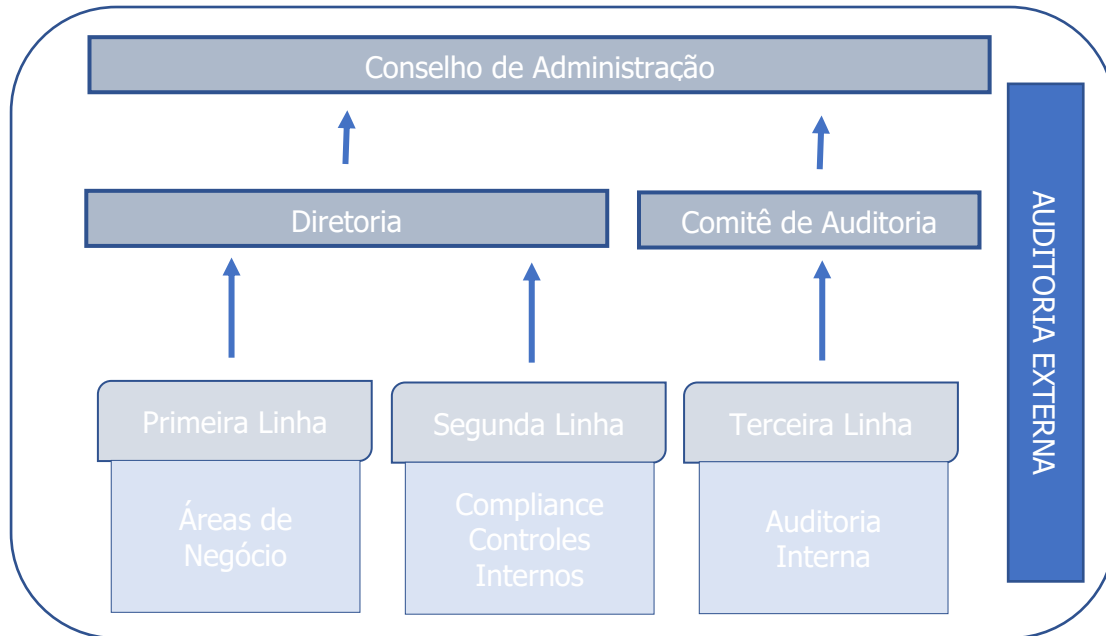
2ª Linha de Defesa: é representada pela Função de Riscos e Controles Internos e pela Função de Compliance, ambas exercidas pela Diretoria de Compliance. Ambas as funções atuam na garantia do apropriado funcionamento da primeira linha, por meio do estabelecimento de controles, na identificação de falhas de performance de controles e na identificação de desvios de políticas e procedimentos internos. As atividades da Função de Riscos e Controles Internos e da Função de Compliance são acompanhadas pelo Comitê de Auditoria e reportadas para o Conselho de Administração. Os colaboradores que exercem as Funções de Riscos e Controles Internos e de Compliance não acumulam funções ou possuem relação de subordinação com áreas operacionais da Companhia.

3ª Linha de Defesa: é representada pela Auditoria Interna que atua no fornecimento de avaliações independentes à administração, por meio de técnicas de auditoria. Permite à administração aferir a adequação dos controles, a efetividade do gerenciamento dos riscos e o cumprimento das normas e regulamentações. A Auditoria Interna, que é exercida por empresa terceirizada, tem suas atividades reportadas periodicamente ao Conselho de Administração da Companhia, por

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

meio do Comitê de Auditoria, e as atribuições da Auditoria Interna são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Sendo assim, o gerenciamento de riscos está estruturado conforme organograma e descrições abaixo:



### Conselho de Administração

- Aprovar: (i) as diretrizes, estratégias e políticas de gerenciamento de riscos, controles internos e compliance; e (ii) as posições da Função de Riscos e Controles Internos e Função de Compliance na estrutura organizacional.
- Prover os meios necessários para que os processos e estrutura relacionados ao gerenciamento de riscos, controles internos e compliance sejam exercidas adequadamente.
- Reunir-se com a Diretoria, no mínimo a cada seis meses, como parte da avaliação da efetividade do gerenciamento de riscos.
- Assegurar a: (i) adequada gestão da Política; (ii) efetividade e a continuidade da aplicação da Política; (iii) comunicação da Política a todos os colaboradores; e (iv) disseminação de padrões de integridade e conduta ética como parte da cultura da Companhia.
- Fornecer, periodicamente, sua percepção do grau de exposição a riscos que a Companhia está exposta e influenciar na priorização dos riscos a serem tratados.
- Assegurar ao Comitê de Auditoria autonomia operacional para cumprir com suas atribuições indicadas abaixo, aprovando orçamento próprio destinado a cobrir despesas com seu funcionamento.
- Receber, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria, o reporte das atividades da Auditoria Interna, da Função de Riscos e Controles Internos e da Função e Compliance, avaliando, ao menos anualmente, se a estrutura e orçamento destas são suficientes ao desempenho de suas funções.

### Comitê de Auditoria

- Opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente.
- Avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras.
- Acompanhar as atividades da Auditoria Interna e da Função de Riscos e Controles Internos da Companhia e reportá-las ao Conselho de Administração.
- Avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- e) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a Política de Transações com Partes Relacionadas.
- f) Possuir meios para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além da Política, com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.
- g) Avaliar, no mínimo anualmente, a estrutura da Auditoria Interna, da Função de Riscos e Controles Internos e da Função e Compliance, em relação aos seguintes aspectos: (i) definição clara das atribuições, papéis e responsabilidades; (ii) posicionamento em nível hierárquico adequado, independente e segregado de áreas operacionais; (iii) estrutura organizacional consistente com as necessidades da Companhia e alocação de pessoal em quantidade suficiente, adequadamente treinado e com experiência necessária para o exercício das atividades relacionadas às respectivas funções; e (iv) efetividade da cumprimento das políticas.

### Diretoria

- a) Gerir os negócios, operações e desenvolvimento de projetos estratégicos relacionados aos controles internos.
- b) Atualizar o mapa de riscos sempre que ocorrer a revisão do plano estratégico e tempestivamente com o surgimento de fatores de risco emergentes.
- c) Estabelecer priorização dos riscos a partir do impacto e probabilidade, visando estabelecer uma comparação individual dos riscos para fins de priorização e gestão.
- d) Avaliar e tomar decisões em relação a exposição aos riscos (impacto e probabilidade) e recomendar ações de respostas.
- e) Acompanhar periodicamente a evolução da exposição aos riscos e do sistema de controles internos.
- f) Disseminar a cultura da gestão de risco e controles internos em toda a Companhia.

### Auditoria Interna

- a) Aferir a qualidade e a efetividade do processo de gerenciamento de riscos e dos processos de governança, da adequação dos controles e do cumprimento das normas e regulamentos associados aos negócios da Companhia, de forma independente, imparcial e tempestiva.
- b) Fornecer relatórios periódicos ao Comitê de Auditoria, a fim de garantir o cumprimento e o processos e estrutura de gerenciamento de riscos e que adequação dos controles internos esteja sendo devidamente obedecida.

### Função de Riscos e Controles Internos

- a) Avaliar, monitorar e controlar os limites operacionais estabelecidos pelos reguladores para garantir a aderência regulatória da Companhia, mesmo quando não houver obrigatoriedade de envio periódico ao regulador.
- b) Apoiar a primeira linha de defesa na observação de suas responsabilidades diretas.
- c) Disseminar os padrões de integridade e ética como parte da cultura de riscos e controles internos da Companhia, além de divulgar as boas práticas e políticas relacionadas à compliance.
- d) Orientar e aconselhar os colaboradores da Companhia, direcionando soluções específicas sobre o cumprimento da Política.
- e) Categorizar os riscos conforme sua prioridade e monitorar a exposição da Companhia a esses riscos.
- f) Certificar a eficiência do ambiente de gerenciamento de riscos e controles internos.
- g) Revisar os planos de ação desenvolvidos pelas Áreas de Negócios e acompanhar o seu andamento.
- h) Informar à Diretoria, ao Comitê de Auditoria e reportar ao Conselho de Administração as situações relevantes e que não estejam em conformidade.
- i) Elaborar relatórios de reporte ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, consolidando a avaliação de riscos da Companhia.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Função de Compliance

- a) Zelar pela aplicação do Código de Conduta e Ética da Companhia.
- b) Auxiliar a Função de Riscos e Controles Internos e a Diretoria na avaliação dos riscos de compliance.
- c) Acompanhar a implementação dos planos de ação relacionados aos riscos de compliance.
- d) Coordenar as melhorias de processos para mitigar os riscos de compliance.

### Comissão de Riscos e Compliance

- a) Acompanhar e aprovar as ações para mitigação de riscos da companhia.
- b) Avaliar as informações trimestrais dos principais riscos da companhia.
- c) Acompanhar as atividades da área de Gestão de Riscos e Controles Internos e de Compliance.
- d) Avaliar e monitorar a exposição de risco da Companhia.
- e) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas e controles internos da Companhia.
- f) Avaliar, no mínimo anualmente, a estrutura da área de Gestão de Riscos e Controles Internos e da área de Compliance, em relação aos seguintes aspectos: (i) definição clara das atribuições, papéis e responsabilidades; (ii) posicionamento em nível hierárquico adequado, independente e segregado de áreas operacionais; (iii) estrutura organizacional consistente com as necessidades da Companhia e alocação de pessoal em quantidade suficiente, adequadamente treinado e com experiência necessária para o exercício das atividades relacionadas às respectivas funções; e (iv) efetividade da cumprimento das políticas.

### Áreas de Negócio

- a) Informar aos seus colaboradores os assuntos relativos à gerenciamento de riscos e controles internos.
- b) Relacionar-se com Órgãos Reguladores, Supervisores e Fiscalizadores, atendendo às suas solicitações e emitindo a eles os reportes devidos.
- c) Identificar, mensurar e gerenciar os fatores de risco que possam influenciar o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais da Companhia.
- d) Manter um efetivo ambiente de gerenciamento de riscos e controles internos, consistente com a natureza, o porte, a complexidade, a estrutura, o perfil de risco e o modelo de negócio das operações realizadas, de forma a assegurar o efetivo gerenciamento dos riscos, mantendo a exposição aos riscos em níveis aceitáveis.
- e) Manter a conformidade com as normas e exigências regulatórias.
- f) Fornecer informações precisas, íntegras e suficientes para análises.
- g) Comunicar, tempestivamente, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação de limites, para discussão nos fóruns e alçadas apropriadas.
- h) Desenvolver e dar cumprimento aos planos de ação.

A estrutura envolvida no gerenciamento de riscos da Companhia, tal como acima descrita, está formalmente prevista desde a reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 28 de março de 2022.

Para fins de adequação ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia, dentre outras medidas, constituiu Comitê de Auditoria, contratou uma empresa de auditoria independente registrada perante a CVM para desempenho das funções de auditoria interna e reformulou as demais atribuições e estruturas organizacionais de gerenciamento de riscos.

A Companhia passou por um período de adaptação e de aprimoramento de relações orgânicas estabelecidas entre as instâncias envolvidas no gerenciamento de riscos durante o último exercício social, tendo estabelecido por completo a estrutura de governança descrita neste item 5.1.b.iii, sendo plenamente funcionais conforme data estabelecida no último FRE.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### **(c) Adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política de gerenciamento de riscos.**

Com base nas informações descritas neste item 5.1, a Companhia entende que sua estrutura operacional e de controles internos é adequada para a verificação da efetividade da Política.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5.2 - Descrição dos controles internos

A Companhia implementou e aprimora seus controles internos de modo a fornecer aos seus acionistas razoável segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações e demais informações financeiras, pautando-se, para tanto, em regras contábeis emitidas por órgãos e entidades nacionalmente reconhecidas, tais como os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") previamente aprovados e referendados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as normas contábeis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Ademais, a Companhia também implementa em seus controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras e à geração de informações gerenciais, padrões e procedimentos de controle e monitoramento que visam garantir fidedignidade e transparência compatíveis com os requisitos atualmente exigidos pelo ambiente de negócios. Neste processo, as áreas de controladoria e finanças validam as informações e a consistência das informações contábeis com as informações acompanhadas pelos gestores mensalmente. Todas as linhas de resultado de cada unidade ou centro de custos são disponibilizadas para os respectivos gestores, que na análise de suas informações também contribuem para assegurar a consistência dos números reportados. Esses procedimentos visam adicionalmente a aprimorar a performance e supervisão organizacional, reduzir a extensão de riscos de fraudes da Companhia ou de perdas atribuíveis a fatores relacionados a desempenho, decisões, imagem ou quaisquer outros.

#### **a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

Para assegurar a elaboração e revisão eficientes de demonstrações financeiras, a integridade das informações e para proteção de seu patrimônio e interesses em relação a riscos de diferentes naturezas, a Companhia possui um sistema de controles internos que permite a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis do Brasil e dispõe de procedimentos e recursos, incluindo:

- Equipes de tecnologia da informação, controladoria e auditoria interna;
- Automatização da maioria dos lançamentos contábeis;
- Controle dos acessos lógicos aos sistemas, segregação de funções para transações críticas em relação à segurança dos processos;
- Definição de alçadas de aprovação para transações conforme sua relevância;
- Revisão gerencial dos fechamentos contábeis, das conciliações bancárias, de lançamentos contábeis manuais e de resultados de inventários;

A estrutura de governança conta ainda com Código de Conduta e Ética, Canal de Denúncias, políticas e procedimentos que referentes à definição de princípios, responsabilidades, atribuições e critérios quanto a manutenção de registros fidedignos e adequados das operações da Companhia para permitir a elaboração de demonstrações financeiras de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos e com relação à certeza de que os recebimentos e dispêndios estejam sendo feitos somente conforme a autorizações da administração e do Conselho de Administração.

O sistema de controles internos e as práticas estabelecidas pela Companhia são avaliadas e monitoradas pela Auditoria Interna. As eventuais imperfeições e deficiências são relatadas nas Cartas de Controles Internos da Auditoria Externa ou nos Relatórios de Auditoria Interna, e são reportadas à Administração, desdobrando-se em planos de ação para mitigar a exposição a riscos e / ou corrigir os processos.

A estrutura de governança é considerada pela Diretoria como eficaz para assegurar as informações solicitadas e divulgadas nos relatórios das Companhias, bem como para a tomada de decisões tempestivas em relação à minimização de riscos e otimização de oportunidades.



## 5.2 Descrição dos controles internos

### **b. as estruturas organizacionais envolvidas**

O sistema de controles internos da Companhia conta com as áreas de Compliance, Controles Internos, Auditoria Interna. Dentre as responsabilidades dessas áreas estão:

- (i) identificar e mensurar os riscos existentes nos processos da Companhia;
- (ii) avaliar a eficácia dos controles destinados à mitigação desses riscos;
- (iii) endereçar junto à Alta Administração ações que reduzam ou eliminem a exposição da Companhia aos riscos, mediante o aperfeiçoamento dos controles;
- (iv) garantir um ambiente de integridade corporativa que garanta uma atuação sustentável e perene;
- (v) assegurar a adequação dos controles internos que tragam confiabilidade e integridade às demonstrações financeiras e
- (vi) estabelecer rotina de monitoramento que garanta constante acompanhamento e aprimoramento de todo o sistema de controles internos.

A Companhia possui também um comitê de assessoramento ao Conselho de Administração, na forma do Comitê de Auditoria não Estatutário, conforme competência descrita no item 5.1 acima. Cabe também ressaltar que a responsabilidade primária pela manutenção dos controles internos e gerenciamento dos riscos é atribuição de cada área de negócios da Companhia.

### **c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Os processos e controles internos da Companhia são acompanhados pelo Gerente de Compliance e Controles Internos, com reporte à Diretoria da Companhia.

A Diretoria da Companhia é responsável por monitorar, avaliar e tomar decisões sobre as exposições de riscos da Companhia, tendo como parâmetros para o apetite de riscos as considerações do Conselho de Administração.

A área de Compliance e Controles Internos comunica à Diretoria da Companhia o andamento das medidas aplicadas para manutenção e funcionamento do Programa de Compliance da Companhia, além de recomendar ações preventivas e corretivas.

A área de Controles Internos reporta, para a Diretoria da Companhia, a evolução sobre o levantamento e testes da efetividade dos controles internos, assim como apresenta ao Comitê de Auditoria o acompanhamento dos planos de trabalho que endereçam os controles inefetivos. O gerente da área de Controles Internos é o responsável pelo planejamento do programa anual de testes de efetividade.

A administração acompanha e avalia a eficácia dos mecanismos de controle como elementos de identificação, mensuração e mitigação de riscos de qualquer natureza que possam afetar os interesses e/ou o patrimônio da Companhia, e para garantir a aplicação mais racional possível dos recursos disponíveis. São realizados planos de ações de melhorias de controle interno, que são objeto de "follow up" destinados a promover a sua efetiva e tempestiva aplicação. A eficácia do controle interno da Companhia sobre a divulgação das informações financeiras em 31 de dezembro de 2022 foi revisada pela BKR Lopes, Machado Auditores, e o resultado desta revisão está indicado no item "d" desta seção.

### **d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

A BKR Lopes, Machado Auditores ("Auditores") realizou o exame das Demonstrações Financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022, com o objetivo de

## 5.2 Descrição dos controles internos

expressar suas opiniões a respeito destas demonstrações e emitir suas sugestões para melhoria dos controles internos.

Nesse contexto, foram apontadas as seguintes deficiências significativas pelos auditores em sua carta de recomendação de controles internos:

### "1. Plano de Reestruturação e Recuperabilidade de ativos

#### *Situação observada:*

*Conforme item 10 do CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, independentemente de existir, ou não, qualquer indicação de redução ao valor recuperável, a Companhia deve testar, no mínimo anualmente, a redução ao valor recuperável de um ativo intangível com vida útil indefinida ou de um ativo intangível ainda não disponível para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável. Adicionalmente, o CPC 21, item B36 (Deliberação CVM 673/11 item B36) requer que a Companhia aplique, nos períodos de reporte intermediários, os mesmos testes de redução ao valor recuperável e os mesmos critérios de reconhecimento e de reversão de perdas por desvalorização que são aplicados ao término do exercício social. Desta forma, a Companhia deve efetuar, desde o encerramento do exercício social mais recente, monitoramento periódico e tempestivo da existência de evidências indicativas significativas de perda por desvalorização.*

*Identificamos que a Companhia não possui rotinas e políticas formalizadas para monitoramento tempestivo de indicadores de não recuperabilidade dos saldos de ágio e ativos fiscais diferidos, incluindo evidências do acompanhamento do desempenho do fluxo de caixa realizado em relação ao projetado para fins de avaliação da necessidade de atualização dos estudos de recuperabilidades dos respectivos ativos. Adicionalmente, verificamos que a Companhia tem em andamento um processo de reestruturação, que prevê ações baseadas em plano estratégico dos quais depende de eventos futuros para que esse cenário se realize. Dessa forma, chamamos a atenção em nosso relatório de auditoria, quanto as notas explicativas 8 e 10 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2022, informando que a recuperabilidade do ágio e dos ativos fiscais diferidos estão condicionados aos referidos eventos e cenário macroeconômico apresentados no estudo.*

#### *Riscos/ Possíveis impactos:*

- Existência de incertezas relacionadas às premissas utilizadas para estimar o valor em uso da UGC, que poderão resultar em um ajuste material nos saldos contábeis e efeitos tributários relacionados;*
- A ausência de monitoramento tempestivo dos indicadores de não recuperabilidade e das mudanças nas premissas e projeções pode fazer com que perdas não sejam detectadas tempestivamente, o que poderia resultar em distorções nos relatórios financeiros ou até mesmo erro no processo de tomada de decisão se baseado em projeções imprecisas e intempestivas.*

#### *Recomendação:*

*Recomenda-se que a Companhia efetue o monitoramento tempestivo quanto a constante avaliação de atualização das premissas embasadas por estudos internos, relatórios de terceiros, dados históricos ou outros. Sugerimos também, que a Companhia evidencie e efetue o monitoramento regularmente do desempenho do fluxo de caixa real em relação ao projetado, isso pode ser feito mensalmente, trimestralmente ou em qualquer intervalo que a Companhia entenda que seja relevante para seu negócio. Com um monitoramento contínuo, é possível que a Companhia adote as medidas preventivas tempestivamente, a fim de minimizar os riscos e variações identificados em seu fluxo de caixa projetado e efeitos nas tomadas de decisão."*

## 5.2 Descrição dos controles internos

### "2. Reconhecimento de receita de acordo com os princípios contábeis

#### *Situação observada*

*O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente (equivalente ao IFRS 15 - Revenue from Contracts with Clients) preconiza que a Companhia avalie o cumprimento das obrigações de desempenho dos seus contratos e seu momento de mensuração com base nas evidências de transferência de riscos e benefícios. No caso das operações da Alliança, determinados exames atendem este requisito apenas no momento da emissão do laudo médico contendo o resultado do exame e a subsequente disponibilização para um cliente particular ou beneficiário de plano de saúde suplementar. Verificamos, com base em procedimentos executados, a ausência de conciliação tempestiva entre relatórios contábeis e gerenciais, divergências temporais no reconhecimento dos serviços prestados e ainda não faturados e atraso na inclusão de informações no sistema quanto à data de conclusão dos laudos emitidos para certos serviços prestados e disponibilização de resultados para o usuário final em comparação com o correspondente cumprimento da obrigação e reconhecimento da receita de contratos de clientes. Adicionalmente, o reconhecimento da receita considera a efetiva realização dos exames, todavia, não considera, para todos os exames, a data de cumprimento de todas as obrigações de desempenho, destacando-se a data de emissão dos laudos dos exames.*

*Desta forma, identificamos valores recebidos de clientes referente a prestação de serviços ainda não concluídos, mas já reconhecidos como receita, majoritariamente exemplificados por serviços de imagem que após a prestação do serviço, ainda levam alguns dias para que o processo de cumprimento das obrigações de desempenho seja finalizado, caracterizado pela emissão do laudo médico e pela disponibilização dos resultados dos exames ao cliente. Em decorrência de tal prática não foram identificados ajustes significativos.*

#### *Riscos/ Possíveis impactos:*

- Inconformidade com os princípios contábeis e reconhecimento de receita indevida;*
- A ausência de informações relevantes para o reconhecimento da receita e contas a receber a faturar como a data em que ocorreu a prestação do serviço, prazo de faturamento acordado entre a Companhia e operadoras de saúde, data de emissão do laudo e status do exame no que tange seu faturamento, podem impactar em erro no reconhecimento contábil em relação ao valor, cumprimento das obrigações de performance e expectativa de que os benefícios gerados pela prestação do serviço fluirão para a Companhia, potencializando os riscos de erros se materializarem e distorções nas demonstrações financeiras.*

#### *Recomendação:*

*Considerando que reconhecimento da receita considera a efetiva realização dos exames, todavia, não considera, para todos os exames, a data de cumprimento de todas as obrigações de desempenho, destacando-se a data de emissão dos laudos dos exames, entendemos que, com base nos pressupostos do IFRS 15/CPC 47, a Companhia deveria revisar sua contabilização e avaliar o reconhecimento como receita diferida (passivo) efetuando o reconhecimento da receita na medida que os laudos sejam emitidos e disponibilizados aos clientes.*

*Em virtude da diversidade dos serviços prestados pela Companhia e do elevado volume de atendimentos originados pelas unidades de negócios e pontos de atendimento, é sugerido a implementação de processos que padronizem os procedimentos e de um*

## 5.2 Descrição dos controles internos

*sistema de informações contábeis e gerenciais integrados e unificado para todas as UGC's (Unidades Geradoras de Caixa). Além disso, o departamento de Tecnologia da Informação (TI) e da contabilidade devem estar integrados para permitir a geração de composições analíticas automatizadas que atendam aos pressupostos do IFRS 15/CPC 47 no processo de fechamento contábil."*

### **e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Seguem abaixo comentários dos diretores sobre as deficiências destacados no item (d) acima:

#### 1. Plano de Reestruturação e Recuperabilidade de ativos

##### *Comentários da Administração:*

A Companhia está realizando de forma tempestiva o acompanhamento de seus resultados frente às projeções realizadas em seu orçamento, bem como as premissas utilizadas nas projeções de longo prazo. A Companhia já possui uma rotina de validação dos estudos de recuperabilidade de ativos com frequência anual, e irá implementar a atualização dos estudos com maior periodicidade.

#### 2. Reconhecimento de receita de acordo com os princípios contábeis

##### *Comentários da Administração:*

A Companhia entende que a data do cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente é a conclusão efetiva dos exames mediante a emissão do laudo. Normalmente tais eventos ocorrem de forma simultânea. Nos casos em que há um intervalo entre a prestação do serviço e a respectiva emissão do laudo, a Companhia realiza uma avaliação da materialidade dos exames em questão e aplica um procedimento denominado cutt-off para mitigar tal distorção. Adicionalmente, a Companhia entende que para diversas receitas não se aplica a emissão do laudo para o reconhecimento da receita, como por exemplo: aplicação de vacinas, realização de testes de análises clínicas, receita oriunda da PPP, entre outras.

## 5.3 Programa de integridade

### 5.3 - Programa de integridade

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

**i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:**

A Companhia conta com dois Códigos de Conduta e Ética, sendo um Código de Conduta e Ética para os Colaboradores e um Código de Conduta e Ética para Terceiros, visando reforçar seu compromisso com a disseminação de uma cultura de integridade e a constante promoção de um ambiente corporativo transparente e ético.

O Código de Conduta e Ética para os Colaboradores, cuja última versão foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022, está disponível para consulta no site <https://ri.allianca.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/e> trata, entre outras matérias, sobre a importância de cumprimento com legislação e regulamentos aplicáveis às suas atividades, especialmente com leis que proíbem práticas de corrupção.

Além do Código de Conduta e Ética, a Companhia adota os seguintes mecanismos e procedimentos de integridade:

**Política de Compliance:** A Companhia adota Política de Compliance ("Política de Compliance"), que foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022. A Política de Compliance tem como objetivo estabelecer e divulgar as diretrizes e principais atribuições associadas à Função de Compliance da Companhia, que é uma instância independente e autônoma da Companhia, responsável por prevenir e mitigar seus riscos de compliance.

**Avaliação Mensal de Riscos:** Os riscos de *compliance* são reavaliados periodicamente pela Função de Compliance da Companhia, conforme descrito em sua Política de Compliance e, havendo necessidade, o Código de Conduta e Ética e demais políticas da Companhia são adaptadas.

**Relacionamento com Terceiros:** A Companhia adota práticas rígidas na negociação e administração de todas as atividades comerciais. Os parceiros de negócio e fornecedores da Companhia são respeitados e reconhecidos como importantes agentes entre os públicos de relacionamento com a Companhia. No processo de contratação, a Companhia evidencia as exigências para que todos os parceiros de negócio e fornecedores atendam à legislação vigente, com especial atenção para o cumprimento da legislação aplicável aos negócios da Companhia. De acordo com o Código de Conduta e Ética, os colaboradores envolvidos no processo de seleção ou que se envolvam pessoalmente com fornecedores devem procurar seus superiores imediatos para comunicar qualquer tipo de vínculo pessoal com empresas e/ou profissionais que prestem serviços à Companhia. Além disso, os colaboradores não podem receber, realizar ou prometer quaisquer tipos de pagamentos impróprios e doações em troca de concessão de vantagens comerciais ou benefícios, a não ser brindes corporativos compatíveis com boas práticas comerciais.

**Cláusulas Contratuais Anticorrupção:** De forma a proteger a Companhia em relação aos riscos decorrentes das leis anticorrupção por atos praticados por terceiros prestadores de serviço, os contratos celebrados com nossos parceiros de negócios possuem cláusulas anticorrupção que proíbem expressamente a prática de qualquer forma de suborno e corrupção. Além disso, as cláusulas de anticorrupção preveem o direito de a Companhia rescindir automaticamente o contrato celebrado, quando comprovada falha do terceiro em cumprir com tais cláusulas anticorrupção.

## 5.3 Programa de integridade

**Política de Relacionamento com Órgãos Públicos:** A Companhia mantém o mais alto nível de integridade na relação com representantes do governo e seus colaboradores são orientados a (i) não dar ou receber qualquer tipo de pagamento, seja em dinheiro, presentes, serviços ou qualquer benefício de valor com o objetivo de suborno ou tratamento especial; (ii) cumprir a legislação e não executar qualquer ação que viole as leis e regulamentos vigentes; (iii) manter um relacionamento ético, transparente e de credibilidade com os órgãos governamentais; e (iv) comprometer-se a seguir as regras estabelecidas pela Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), devendo sempre basear-se na transparência e nos princípios do Código de Conduta e Ética da Companhia.

**ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes;**

A Companhia possui uma Função de Compliance, a qual, conforme mencionado acima, é responsável por prevenir e mitigar riscos de sanções legais ou regulatórias, de perdas financeiras ou de danos reputacionais, decorrentes da falta de cumprimento de disposições legais e regulamentares, padrões técnicos, os Códigos de Conduta e Ética ou políticas internas da Companhia.

As demais prerrogativas e atribuições da Função de Compliance estão previstas na Política de Compliance, aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022, e disponível para consulta no site <https://ri.allianca.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>

Além disso, a Companhia possui Comissão de Ética, a qual é responsável por gerenciar e garantir o adequado funcionamento do canal de denúncias. Cumpre à Comissão de Ética documentar investigações internas de potenciais violações às normas de integridade ou recomendar a contratação de investigação independente. A Comissão de Ética é convocada na medida em que houver necessidade e composta por membros da diretoria da Companhia que não ocupam cargos operacionais.

É assegurado à Comissão de Ética autonomia, imparcialidade e autoridade para exercer suas atribuições. Para tanto, a instância conta com recursos materiais, humanos e financeiros suficientes e possibilidade de reporte ao mais alto nível hierárquico da Companhia, quando necessário. A Função de Compliance também tem estrutura e recursos adequados ao desempenho de suas funções.

**iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Conduta e Ética que serve como guia prático de conduta pessoal e profissional. Conforme mencionado acima, em 2022, a Companhia revisou seu Código de Conduta e Ética para fins de adequação ao Regulamento do Novo Mercado e esta nova versão foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 28 de março de 2022.

**• se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados;**

O Código de Conduta e Ética é aplicável a todos os acionistas, membros de conselhos e comitês, diretores, gerentes, funcionários, estagiários e aprendizes da Companhia e de todas as suas subsidiárias, independentemente da forma de contratação, vínculo ou hierarquia, além daqueles que têm o poder de assinar contratos pela Companhia e/ou por suas subsidiárias

### 5.3 Programa de integridade

("Colaboradores").

Além disso, o Código de Conduta e Ética também deve ser observado por clientes, consultores, fornecedores, prestadores de serviços, parceiros ou qualquer outra pessoa, física ou jurídica, que esteja prestando serviços ou que mantenha relacionamento com a Companhia.

- **se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema;**

Os Colaboradores devem aderir formalmente ao Código de Conduta e Ética no momento inicial de sua contratação. O Código de Conduta e Ética está disponível no site da Companhia, ou ainda em: <https://ri.allianca.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>.

Além disso, a Companhia promove treinamentos, de periodicidade mínima anual, a todos os seus Colaboradores, sobre a necessidade de cumprimento do disposto no Código de Conduta e Ética e nas demais normas internas, bem como para esclarecimento de informações necessárias para um melhor entendimento e prática contínua de suas disposições.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas;**

Conforme previsto no Código de Conduta e Ética, qualquer Colaborador que violar o disposto no documento ou apresentar qualquer outro comportamento que represente falta de ética, estará sujeito à aplicação de medidas disciplinares ou sanções, que poderão incluir (i) advertência formal; (ii) suspensão temporária; (iii) término da relação de trabalho, com justa causa, ou rescisão de contrato (em caso de terceiros); ou (iv) término da relação comercial.

As medidas disciplinares e sanções levarão em consideração as circunstâncias específicas do caso e uma variedade de fatores, entre eles a gravidade, o prejuízo real ou potencial, a frequência das violações, violações anteriores e esforços cooperativos ou mitigadores por parte do autor da violação.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.**

A Companhia possui, desde novembro de 2013, um Código de Conduta e Ética, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de março de 2022. Este está disponível no site da Companhia <https://ri.allianca.com/governanca-corporativa/estatuto-e-politicas/>.

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

A Companhia possui, desde o segundo semestre de 2016, canal de denúncia ("Canal de Denúncias"), por meio do qual qualquer pessoa pode reportar dúvidas e suspeitas de violações ao Código de Conduta e Ética, bem como às demais políticas internas da Companhia.

- **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros;**

O canal de denúncias é gerido por empresa independente e especializada.

- **se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados;**

O Canal de Denúncias da Companhia é aberto para todos os Colaboradores e terceiros, de forma gratuita, pelos seguintes meios:

- Website: <https://www.canalconfidencial.com.br/allianca/>

### 5.3 Programa de integridade

- Telefone: 0800 300 4479
- **se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé; e**

O Canal de Denúncias assegura a confidencialidade das informações recebidas e possibilita o anonimato daqueles que preferam não se identificar.

Nos termos do seu Código de Conduta e Ética, a Companhia não tolera qualquer forma de retaliação contra o denunciante que tenha feito uma comunicação de boa-fé, ainda que ao final seja considerada improcedente. Eventual retaliação é considerada uma violação ao Código de Conduta e Ética, sujeitando os infratores às medidas disciplinares e sanções cabíveis.

- **órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias.**

Conforme previsto no Código de Conduta e Ética, a Comissão de Ética é responsável por gerenciar e garantir o adequado funcionamento do Canal de Denúncias.

Em casos de denúncias que envolvam a Comissão de Ética, o Comitê de Auditoria ou seus membros, o Conselho de Administração será responsável pela apuração. Casos envolvendo o Conselho de Administração ou seus membros serão apurados pelo Comitê de Auditoria. Por sua vez, casos de envolvimento de membros da Diretoria serão encaminhados pela Comissão de Ética ao Conselho de Administração para deliberação e tratativas. O Comitê de Auditoria e o Conselho de Administração também garantem o anonimato do denunciante e práticas de não retaliação na apuração.

**c. Número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas; e**

Nos últimos três exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2021 e 2020, não houve casos de desvios, fraudes, irregularidades, atos ilícitos contra a administração pública.

**d. Caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido.**

Possuímos, conforme respostas anteriores.



## 5.4 Alterações significativas

### 5.4 - Alterações significativas

No contexto de adequação ao Regulamento do Novo Mercado, a Companhia elaborou e formalizou sua Política de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos, conforme mencionado no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Em relação ao último exercício social, não houve alterações significativas nos principais riscos que a Companhia está exposta.

## 5.5 Outras informações relevantes

### 5.5 - Outras informações relevantes

#### Gerenciamento de riscos

A Administração coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações do Grupo por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. O Grupo busca minimizar os efeitos desses riscos ao utilizar instrumentos financeiros derivativos para exposições do risco de hedge. O Grupo não contrata nem negocia instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

#### Risco da taxa de câmbio

A Companhia e suas controladas fazem algumas transações em moeda estrangeira, consequentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. Essas exposições são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Administração, por meio da utilização de contratos futuros de moeda. O Grupo mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros.

#### Contabilidade de cobertura (*hedge accounting*)

O Grupo mantém instrumentos derivativos de hedge para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e taxa de juros

#### *Hedges de fluxo de caixa*

A Companhia adota o hedge de fluxo de caixa para as suas operações de 4131. Os instrumentos de hedge são contabilizados pelo valor justo e o objeto de hedge pelo valor na curva. A variação entre o valor na curva do instrumento de hedge e o valor justo é considerada no Patrimônio Líquido da Companhia, de modo que tanto os instrumentos de hedge quanto os objetos de hedge impactam o resultado pelo valor na curva. O fluxo de caixa dessas operações está informado na tabela do risco de liquidez e juros. Caso o instrumento de hedge não mais atenda aos critérios de contabilização de hedge, expire ou seja vendido, encerrado, exercido, ou tenha a sua designação revogada, então a contabilização de hedge é descontinuada prospectivamente e ajuste de hedge accounting no Patrimônio Líquido é reconhecido no resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos de hedge foram contratados para proteger o risco cambial de dois empréstimos concedidos pelo Banco Santander, através da linha externa 4131. Vide abaixo as operações e efeitos contábeis decorrentes desta adoção:

Em R\$ mil

	Operação	Indexação	Tipo de hedge	Saldo ativo
Consolidado	Empréstimos -4131	USD + Spread	Fluxo de Caixa	125.987
	Swap Banco- 4131	Spread + CDI	Fluxo de Caixa	124.300
			<b>Posição líquida</b>	<b>1.687</b>

#### Risco de crédito

É avaliado em bases históricas pela Companhia, estando sujeito a oscilações de mercado e da economia nacional e local. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada em montante considerado pela Companhia como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, conforme demonstrado abaixo<sup>1</sup>:

## 5.5 Outras informações relevantes

Em R\$ mil	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Provisão para perdas com glosas e créditos de liquidação duvidosa	(18.315)	(7.328)
	<b>186.219</b>	<b>254.276</b>

<sup>1</sup>Conforme Nota Explicativa nº5 às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021

### Risco de liquidez

Administração gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos e ativos financeiros do Grupo e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos ativos e passivos financeiros com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações.

Em R\$ mil

	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
<b>Passivo</b>				
Fornecedores	94.175	-	-	94.175
Empréstimos e financiamentos	528.883	218.212	605.879	1.352.974
Arrendamento mercantil	64.786	59.276	375.287	499.349
Parcelamento de impostos	2.346	2.252	4.047	8.645
Contas a pagar - aquisição de empresas	15.044	-	-	15.044
Partes relacionadas	-	38	-	38